



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços continuados de manutenção, conservação e implantação dos jardins internos e externos, áreas não urbanizadas, vasos de plantas e atividades de manejo no viveiro do Senado Federal, todos com fornecimento de materiais, equipamentos e ferramentas, pelo período de 50 meses consecutivos, conforme especificações dos Anexos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, sem a imposição de requisitos restritivos da competitividade, conforme especificações constantes dos Anexos I, II, III, IV e V com as exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida objetiva o atendimento às necessidades auxiliares, instrumentais e/ou acessórias das unidades administrativas e legislativas do Senado Federal.

As atividades de manutenção, conservação e implantação dos jardins internos e externos do Senado Federal continuem “serviços essenciais” e indispensáveis, não havendo no quadro de pessoal desta Casa Legislativa cargos ou atividades funcionais que comportem tais atividades.

Em uma lógica de eficiência administrativa, reputa-se que a terceirização das atividades administrativas de cunho acessório, auxiliar ou instrumental apresenta como medida de racionalização e otimização da mão de obra estatutária que dispõe o Senado Federal. Logo, a execução indireta das atividades de jardinagem apresenta a melhor relação de custo-benefício, conferindo aos servidores desta Casa Legislativa melhores condições de concentrar-se nas atividades de maior relevo e que demandem uma visão estratégica e tomada de decisão.

Os serviços que constituirão objeto da contratação pretendida conferirão suporte às atividades legislativas e administrativas. A ausência deles prejudicaria o funcionamento do Senado Federal, uma vez que todas as unidades administrativas e legislativas da Casa dependem de tais atividades de apoio acessório e material para a garantia da mais eficiência consecução de suas funções finalísticas.

Com a alocação dos servidores efetivos em suas atividades precípuas, o Senado Federal não dispõe em seus quadros e carece de mão de obra que possa se dedicar ao desempenho de tarefas acessórias, tais como as descritas neste Termo de Referência. Dessa forma, cogita-se o melhor direcionamento dos servidores para atividades que lhes sejam próprias e exclusivas, desonerando-os de desenvolverem atividades de natureza acessória, não previstas no conjunto de suas atribuições legais, descritas no





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Regulamento Administrativo do Senado Federal, aumentando sua especialização e, por conseguinte, a eficiência dos processos de trabalho.

É importante destacar que a terceirização na Administração Pública encontra fundamento no §7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200/1967, segundo o qual *“para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução”*.

Quanto ao tema, o pressuposto da "terceirização ilícita" seria a delegação de atividades típicas de Estado ou que envolvam gestão, tomada de decisão, coordenação, supervisão e controle. Em termos objetivos, o desvirtuamento da terceirização poderá ser aferido se os serviços terceirizados forem *“inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal”* (inciso IV do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018).

No caso, as atividades contempladas nas atribuições das categorias contempladas na futura contratação não se encontram no rol de vedações e incompatibilidades trazido pelo art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018¹.

Como será possível observar nas características das categorias pretendidas, bem como na descrição de suas atividades e atribuições constantes deste Termo de Referência, a contratação da execução indireta de seus serviços não encontra óbice na legislação vigente.

2.1. Base normativa:

O dimensionamento e a estrutura da contratação pretendida serão regidos, em especial, pelos seguintes normativos:

- Lei nº 14.133/2021
- Decreto-Lei nº 200/1967
- Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)
- Resolução do Senado Federal nº 3/2019
- Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022

E, em caráter, subsidiário (aplicação "no que couber"), em vista da independência e autonomia administrativa do Senado Federal:

- Decreto Federal nº 9.507/2018
- Instrução Normativa MPDG nº 05/2017

¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

▪ Instrução Normativa SEGES nº 73/2022

2.2. Modelo de prestação de serviços (disponibilização de mão de obra residente aliada ao estabelecimento de indicadores de desempenho):

Por envolver a temática de execução indireta de serviços, há que se observar o disposto na Resolução do Senado Federal nº 3, de 2019², que, em seu art. 1º, assim dispõe:

Art. 1º A contratação de serviços objeto de execução indireta pelo Senado Federal será feita, **preferencialmente**, na modalidade de alocação por postos de trabalho.

Parágrafo único. Poderá ser utilizado o modelo de serviços pagos por disponibilidade ou por resultado, desde que o órgão técnico comprove maior eficiência, vantajosidade e ausência de riscos de deterioração da qualidade dos serviços.

No caso, a dinâmica da demanda de serviços administrativos auxiliares no Senado Federal, tanto na área-fim quanto nas áreas-meio, confirma, por si só, a preferencialidade disposta no caput do art. 1º da RSF nº 3/2019 pelo modelo de “dedicação exclusiva de mão de obra”, em alinhamento, inclusive, com as premissas estabelecidas no inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021³.

De fato, consoante pormenorizado neste Termo de Referência, para a adequada consecução das atividades acessórias e auxiliares, os empregados “terceirizados” deverão ficar à disposição nas dependências do Senado Federal, o que justifica, portanto, a adoção do modelo de alocação de postos de trabalho.

Dada a sua estrutura de cargos, a Casa não dispõe de servidores para realizar as atividades materiais e acessórias de jardinagem, o que reforça a necessidade de disponibilidade imediata de força de trabalho dedicada à execução de tais tarefas em vista da demanda contínua e peculiar das unidades do Senado Federal.

A disponibilização de mão de obra residente para jardinagem viabilizaria o pronto atendimento às necessidades da Casa, que, vale insistir, possuem uma dinâmica própria, considerando a abrangência e as características arquitetônicas das dependências do Senado Federal, o intenso fluxo de parlamentares, autoridades

² Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30899077/publicacao/30900073>

³ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

nacionais e internacionais, agentes políticos, servidores, colaboradores em geral e visitantes e um perfil de funcionamento intenso, em decorrência da imprevisibilidade das atividades legislativas.

Logo, outras soluções possíveis para a execução indireta da jardinagem – como a contratação do serviço propriamente dito – não se mostram, em termos de eficiência, adequadas aos contornos e particularidades da demanda do Senado Federal.

Como paralelo, em linha similar à RSF nº 3/2019, observa-se que, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a partir da leitura da Portaria nº 375/2018⁴, a Administração da Corte de Contas pressupõe a terceirização, *"com dedicação exclusiva de mão de obra"*, para as *"atividades acessórias, instrumentais ou complementares de interesse institucional, e que não estejam diretamente ligadas à atividade-fim do TCU"*, em consonância com o art. 10 do Decreto-Lei nº 200/1967. A partir de outras contratações do TCU, notadamente para serviços de limpeza e copeiragem, como nos atuais Pregões Eletrônicos nº 055/2023, nº 054/2023, nº 051/2023, nº 049/2023, nº 046/2023, nº 045/2023 e nº 031/2023, observa-se que o Tribunal reiteradamente, exceto para a área de TI (em razão da Súmula nº 269), faz contratações tendo por critério a disponibilização de postos de trabalho e não a prestação do serviço propriamente dito. Nesse ensejo, é válido mencionar que a atual e principal contratação do TCU para o serviço de jardinagem nas dependências da Corte em Brasília, materializado pelo Contrato n.º 39/2021-SEGEDAM (decorrente do Pregão Eletrônico n.º 22/2021) - Processo de Contratação 008.590/2021-4), foi estimada a partir do dimensionamento de quantidade mínima de profissionais a serem alocados na prestação dos serviços (15 funcionários)⁵.

Uma vez patente e evidenciada, no presente caso, a melhor solução para o atendimento da necessidade do Senado Federal, qual seja, a execução indireta com disponibilização de mão de obra residente, em consonância com o princípio constitucional da eficiência, com a sistemática da Lei nº 14.133/2021 e em observância às premissas da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), para a contratação pretendida de mão de obra será adotado o chamado “modelo híbrido”, caracterizado pela mensuração da qualidade e eficiência do serviço prestado a partir da implementação, quando da execução do contrato, de Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Assim, em atendimento ao comando constante do art. 1º da RSF nº 3/2019, a contratação será estruturada com a disponibilização de mão de obra (posto de

⁴ Disponível em:

https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/*/COPIATIPONORMA:%28Portaria%29%20COPIAORIGEM:%28TCU%29%20NUMNORMA:375%20ANONORMA:2018/DATANORMAORDENACAO%20desc/0

⁵ Edital do PE nº 030/2021 disponível em:

<https://contas.tcu.gov.br/contrata2/web/externo/consultaPublicaTermoContratual.xhtml;jsessionid=LfX72OW0UqRVdks1V1ecpRKX.host1a11:contrata2>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

trabalho) com a devida mensuração da qualidade do serviço prestado, a partir de indicadores de desempenho e eficiência.

Com relação ao “modelo híbrido”, podemos destacar, trecho do voto do Min. Weder de Oliveira no Acórdão TCU nº 2.963/2019-P (sobre o PE nº 057/2019 do Senado Federal):

57. Há opções que devem ser objeto de profunda análise quando do planejamento de licitações, como modelos puramente por resultados ou híbridos (parcela fixa e parte por resultados). **A título simples de exemplo, os serviços atualmente contratados de limpeza das instalações deste Tribunal (Contrato 38/2015) são medidos e pagos observando-se o que poderíamos chamar de ‘modelo híbrido’: a remuneração está vinculada ao quantitativo de postos de serviços, porém é ajustada em virtude da medição de resultados pactuados, especialmente no que concerne ao nível de qualidade da prestação desses.**

A definição do chamado “modelo híbrido” foi originalmente desenvolvida no voto do Min. Benjamin Zymler no Acórdão nº 1.125/2009-P:

“A jurisprudência do Tribunal acena no sentido da inconveniência do modelo de remuneração baseado apenas em horas trabalhadas, uma vez que essa opção não assegura a realização do objeto, o que atentaria contra o princípio da eficiência.

Conforme verificado nos argumentos apresentados pela Infraero e nos termos do multicitado Edital, foram definidos critérios para mensurar parte dos serviços a serem executados (‘apoio técnico especializado e manutenção corretiva’ e ‘manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva’), no percentual de 46% do objeto inicialmente previsto. Contudo, não há mensuração para o restante do objeto licitado.

Verifica-se um modelo híbrido na execução dos serviços a serem contratados, já que, conforme os critérios para aceitação dos serviços, a mensuração será feita com base em horas trabalhadas e em resultados.

É possível identificar que os procedimentos adotados pela Infraero estão em consonância com os Acórdãos 667/2005-TCU-Plenário e 786/2006-TCU-Plenário, já transcritos no Relatório precedente, uma vez que a Infraero estabeleceu critérios de mensuração dos serviços, estimativa prévia do volume de serviços demandados, critérios de avaliação das especificações e quantidade dos serviços, ferramenta de acompanhamento e fiscalização e ordem de serviço.

Dessa forma, em que pese a mensuração dos serviços não se basear em remuneração por resultados, in totum, não se verifica irregularidade apta a comprometer a lisura do certame em análise”.

Em suma, no “modelo híbrido” a ser adotado, a remuneração da contratada é vinculada ao quantitativo de postos de trabalho, porém ajustada em virtude da medição dos resultados previamente pactuados em Instrumento de Medição de Resultado (IMR). Logo, o valor total dos serviços é estabelecido quando da contratação, com base na disponibilidade dos profissionais para atendimento às demandas, porém o valor mensal a ser faturado é calculado com base nos resultados (indicadores de nível de serviço) alcançados pela contratada na prestação do serviço.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Portanto, os valores apresentados nas planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação de propostas, corresponderão aos valores máximos a serem faturados na hipótese de a contratada atingir a meta exigida em todos os indicadores.

Esclareça-se que, para a futura contratação, não há previsão de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a contratada superar as metas previstas. A superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período. O valor do pagamento será aquele condizente ao valor mensal integral, conforme definido no contrato, descontadas as glosas, consoante gradação prevista em tabelas em que para cada inadimplemento foram atribuídos pontos.

Dessa forma, os indicadores de nível de serviço para fins de dimensionamento do pagamento mensal devido à futura contratada foram estabelecidos e justificados no **item 14 do Termo de Referência**.

2.3. Justificativa para os quantitativos de postos de trabalho, jornada de trabalho (40h), definição de salários e contratos a substituir:

2.3.1. Postos de Trabalho

2.3.1.1. Cada posto de trabalho será ocupado por um único empregado. Não haverá possibilidade de que um empregado ocupe mais de um posto de trabalho. O quantitativo de postos de trabalho deverá ser o mesmo que o número de empregados contratados. Optou-se pela remuneração dos serviços mediante disponibilização de mão de obra tendo em vista a prática adotada nas contratações anteriores, bem como a determinação constante na Resolução do Senado Federal nº 3 de 2019 (Art. 1º). Quanto aos equipamentos e insumos que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA (Anexo II), o quantitativo exigido neste Termo de Referência se justifica em razão dos parâmetros observados na execução dos Contratos nº 78/2020, considerando o número de profissionais, a área em que serão executados os serviços, bem como o quantitativo historicamente demandado. Destaca-se que o pagamento dos insumos será feito somente em caso de sua efetiva utilização.

2.3.1.2. O quantitativo de profissionais previsto neste Termo de Referência é aquele que, a partir de análise empreendida por este órgão técnico, reflete a necessidade da Administração. Utilizou-se a experiências e os parâmetros aferidos e resultantes do Contrato nº 78/2020 para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem contempladas. Estabeleceu-se uma estimativa do quantitativo, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência necessárias à desejável execução contratual, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Tabela 5

	Jardineiro	Auxiliar de jardinagem	Operador de Roçadeira Costal	Motorista (Veículo pesado)	Encarregado	Almoxarife	
Edifício principal, Palácio do Congresso, Unidades de apoio, INTERLEGIS, PRODASEN e SEEP	7	19	10	1	1	1	
Residência oficial do Presidente	1	2					
Edifícios da 309 sul	1	3					
Transporte e Garagem	1	2					
Viveiro	1	1					
Composteiras (2)	0	2					
Centro Cultural do Congresso Nacional	1	3					Total
	12	32	10	1	1	1	57

2.3.1.3. Será alterada a disposição entre as categorias. Atualmente, 3 (três) profissionais fazem parte da categoria “operador de roçadeira costal”, entretanto, em razão das limitações impostas pela Norma Regulamentadora N°. 15 (NR-15) quanto à exposição a ruídos, há necessidade da realização de rodízio na operação das máquinas.

2.3.1.4. A mudança não alterará o número de profissionais a ser contratado, apenas exigirá da contratada que disponibilize 10 (dez) operadores de roçadeiras costais, conforme indicado na tabela a seguir.

	Contrato vigente	Contrato proposto
Jardineiros	12	12
Encarregado	1	1
Auxiliar de jardinagem	39	32
Operador de Roçadeira Costal	3	10
Motorista (veículo pesado)	1	1
Almoxarife	1	1
TOTAL	57	57

2.3.2. Jornada de Trabalho

2.3.2.1. A contratação vigente (Contrato nº 78/2020) estabelece carga horária de 44 horas semanais, entretanto, com a edição do Decreto nº 12.174, de 11





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

de setembro de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, **sugere-se** a adoção da jornada de 40 horas semanais.

2.3.2.2. Isso porque a norma, em seu art. 4^o, dispõe que a jornada semanal de trabalho de quarenta e quatro horas estabelecida em acordo individual escrito, convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou dissídio coletivo poderá ser reduzida para quarenta horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador.

2.3.2.3. Vale lembrar que esta Casa adota, desde 2016 (CT 084/2013), jornada de 40 horas semanais para 5 das 7 categorias descritas na contratação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização do Senado (CT 160/2024).

2.3.2.4. Ainda com esteio nos indicadores empíricos decorrentes da experiência institucional acumulada ao longo das décadas, é preciso pontuar a insubsistência da premissa segundo a qual a adoção da jornada semanal para 44 horas resulta, *de per si*, em ganho de produtividade, se comparada à jornada de 40 horas semanais.

2.3.2.5. O serviço de jardinagem é extenuante. A experiência institucional demonstra queda relevante de produtividade no período final na jornada diária de 8 horas. A extensão diária em mais 1 hora, caso houvesse dispensa dos sábados, não traria ganho de eficiência, nem de produtividade. Por outro lado, o aumento do tempo de descanso, haja vista ausência de jornada aos sábados, se adotada jornada de 40 horas, contribuiria para a recomposição física dos colaboradores quanto às atividades laborais da semana seguinte, possibilitando que tenham produtividade, por vezes, superior, se considerada jornada de 44 horas.

2.3.2.6. Como exemplo da factibilidade de tal dinâmica, o Tribunal de Contas da União, no Edital de Pregão Eletrônico n° 52/2019 (conforme tabela abaixo constante da página 17 do ato convocatório), fixou em 40 horas semanais a jornada para “Encarregado”, “Supervisor”, “Recepção”, “Garçom” e “Motorista”. Nesse sentido, é possível inferir que tenha havido entendimento consonante quanto ao ganho de produtividade nas jornadas estabelecidas.

⁶ Decreto n° 12.174, de 11 de setembro de 2024 - Art. 4° Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a jornada semanal de trabalho de quarenta e quatro horas estabelecida em acordo individual escrito, convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou dissídio coletivo poderá ser reduzida para quarenta horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador.

Parágrafo único. Ato da autoridade máxima da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos especificará os serviços em que a redução estabelecida no caput será realizada.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

B – DEMANDA E VALOR ESTIMATIVO DO CONTRATO

Serviços	Turno	Jornada	Valor Mensal/ Empregado (R\$)	Empregados / Posto	Quant. de Postos	Valor Mensal Total (R\$)	Fator	Valor Anual (R\$)
Encarregado	Diurno	40h	8.222,26	1	1	8.222,26	12,00	98.667,12
Supervisor	Diurno	40h	7.202,42	1	4	28.809,68	12,00	345.716,16
Recepção I	Diurno	40h	6.550,66	1	143	936.744,38	11,50	10.772.560,37
Recepção II	Diurno	40h	6.550,66	1	34	222.722,44	12,00	2.672.669,28
Recepção	Diurno	12x36	6.130,32	2	2	24.521,28	12,00	294.255,36
Recepção	Noturno	12x36	6.787,38	2	1	13.574,76	12,00	162.897,12
Recepção com Insalubridade	Diurno	40h	6.984,07	1	2	13.968,14	11,50	160.633,61
Garçom	Diurno	40h	6.375,62	1	24	153.014,88	11,50	1.759.671,12
Telefonista	Diurno	30h	4.102,14	1	2	8.204,28	11,50	94.349,22
Ascensorista	Diurno	30h	4.263,86	1	2	8.527,72	11,50	98.068,78
Motorista	Diurno	40h	6.832,09	1	1	6.832,09	12,00	81.985,08
TOTAL DE MÃO DE OBRA FIXA (R\$)						1.425.141,91		16.541.473,22

Edital de Pregão Eletrônico n° 52/2019 do TCU, fl. 17

2.3.3. Da definição de salários

2.3.3.1. Situação Atual

Importante destacar a inexistência de padronização remuneratória nos contratos sob a fiscalização da SPATR. Muito embora as atividades desenvolvidas tenham natureza semelhante, os salários pagos aos terceirizados apresentam significativa diferença de valor.

Visando a padronização, para esta contratação, sugere-se a concessão de acréscimo remuneratório para as categorias jardineiro, auxiliar de jardinagem e almoxarife. Os salários praticados no contrato vigente para todas as categorias são os estabelecidos pelas CCTs SINDISERVIÇOS e SITTRATER/DF (para motorista), respectivamente.

Ocorre que as respectivas convenções fixam o piso salarial, ou seja, o valor normativo mínimo a ser pago à cada categoria, sem levar em consideração o tempo de experiência de cada profissional, nem sua qualificação, como também não considera o enquadramento da empresa contratante na classificação micro, pequena, média ou grande empresa.

Tal situação causa distorção quanto à remuneração que recebem os terceirizados. Isso porque entende-se que o Senado seria enquadrado na categoria “grande empresa”, tendo em vista a dimensão da área onde o serviço será prestado, a diversidade de elementos que compõem a área verde, assim como a frequência necessária a sua adequada manutenção.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Além disso, é essencial considerar o tempo de experiência dos profissionais, pois reflete a maturidade adquirida na prática de habilidades, a capacidade de lidar com desafios e a consolidação de conhecimentos específicos da área. A experiência contribui para a resolução eficiente de problemas, a tomada de decisão e a adaptabilidade frente a situações imprevisíveis. Assim, valorizar o tempo de experiência é reconhecer o aprendizado contínuo e a confiança que o profissional traz para contribuir com o sucesso do serviço.

Os colaboradores que atuam no serviço de jardinagem (jardineiro, auxiliar de jardinagem e operador de roçadeira costal) exercem papel importante na política ambiental estabelecida pela casa. Em linhas gerais, integram o grupo de executores das diretrizes internas no que se refere a um dos pilares da sustentabilidade, o ambiental.

As atividades vão muito além do rastelo de gramados e poda de galhos. Há efetiva atuação na produção de mudas para os jardins da Casa, arranjos e vasos para espaços internos, além da compostagem de resíduos orgânicos, atividades executadas no viveiro do senado.

Para isso, importante o conhecimento sobre os diferentes tipos de plantas, solos, pragas e doenças. Também deve-se dominar as etapas de manutenção do jardim, como adubação, poda, irrigação, limpeza e controle de pragas e doenças.

Em que pese isso, ainda que os profissionais tenham adquirido toda experiência e qualificação necessárias para realização de suas tarefas, recebem remuneração mínima estabelecida pela CCT da categoria.

2.3.3.2. Comparativo entre a contratação do serviço de jardinagem e a contratação do serviço de limpeza (Jardinagem: categorias jardineiro, auxiliar de jardinagem e operador de roçadeira costal; limpeza: categoria servente)

2.3.3.2.1. A título comparativo, considerando o valor constante na folha de pagamento do mês de março enviada ao Senado (já atualizada com a CCT 2025), NUP 200.006509/2025-76 – Doc NUP100.065118/2025-11, fl. 43, importante trazer como referência o valor salarial de um servente de limpeza terceirizado desta Casa (CT 160/2024). Isso porque são remunerados com salário-10,21% superior ao do jardineiro, 61,54% superior ao do auxiliar de jardinagem e 63,51% superior ao do operador de roçadeira costal.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

SERVIÇO DE JARDINAGEM 200.019354/2024-57, 12º TA (REPACTUAÇÃO)	SALÁRIO	SERVIÇO DE LIMPEZA *processo de pagamento NUP 200.006509/2025-76	
Jardineiro	R\$ 2.574,38	Servente diurno	R\$ 2.651,74
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.743,69		
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 1.802,16		

*O valor de referência foi consultado na folha de pagamento do mês de março enviada ao Senado (já atualizada com a CCT 2025), NUP 200.006509/2025-76 – Doc NUP100.065118/2025-11, fl. 43.

2.3.3.2.2. A diferença se deve ao incremento de 1,3% (um virgula três por cento) sobre o salário normativo da categoria “servente de limpeza”, previsto desde 2004 e estabelecido na Cláusula Quarta do contrato nº 2004/077 (Empresa Projel). Ou seja, por decisão desta Casa, em 2004 houve acréscimo aos salários normativos da categoria na ordem de 30%. As atividades de limpeza e jardinagem são consideravelmente semelhantes e uma diferença salarial dessa monta não se mostra razoável.

2.3.3.2.3. Tem-se observado movimento que parece consequência dessa situação. Há expectativa do aumento no número de desligamentos de colaboradores, tendo em vista o engessamento do critério remuneratório proporcionado pela referência contratual salarial utilizada (CCT), que não leva em conta o tempo no exercício da atividade. No Senado, apenas considerando os dois últimos períodos contratuais consecutivos nos quais a atual contratada prestou serviço (16/11/2015 até 03/08/2020 e 13/07/2020 até 12/07/2025), o tempo de atividade de 86% dos profissionais é superior a 9 anos. Se a referência for de atividade na Casa, o tempo passa dos 20 anos.

2.3.3.2.4. Vale destacar que, em 2022, 2 colaboradores com mais de 9 anos de atividade foram desligados. Da mesma forma, em 2023, mais 2 colaboradores saíram da empresa. Já em 2024, esse número dobrou, resultando em 4 desligamentos de profissionais com mais de 9 anos de experiência.

2.3.3.2.5. Quanto a isso, à experiência profissional, o sítio da internet de endereço www.salario.com.br⁷ enumera três categorias, tendo como referência o tempo de atividade profissional. Jardineiro nível I é o profissional com até 4 anos de

⁷ Portal de pesquisa de cargos e salários praticados no Brasil. Apresenta estatísticas atualizadas do mercado de trabalho brasileiro de acordo com dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web divulgados pelo MTE.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

experiência; Jardineiro nível II, de 4 a 6 anos, e o de nível III, acima de 6 anos na empresa.

2.3.3.2.6. A Resolução do Senado Federal nº 3, de 2019, que dispõe sobre a contratação de serviços objeto de execução indireta pelo Senado Federal, permite que, nos instrumentos convocatórios, os salários de cada atividade sejam definidos de acordo com o critério de valor médio apurado em pesquisa de custo de mercado referencial (art. 2º, inc. II).

2.3.3.2.7. O Portal www.salario.com.br destina-se à informação de cargos e salários praticados no Brasil. Como referência, apresenta estatísticas atualizadas do mercado de trabalho brasileiro de acordo com dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web divulgados pelo MTE, servindo de base para levantamento de custo do “mercado referencial”.

2.3.3.2.8. Da mesma forma, o normativo autoriza (art. 2º, § 1º) que o valor salarial seja fixado mediante justificativa baseada nas especificidades do Senado Federal, permitindo que a fundamentação, dentre outras, considere a experiência dos prestadores de serviço.

2.3.3.2.9. O Senado Federal também adota a experiência profissional como política remuneratória dos seus servidores efetivos. A Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, que alterou seu Plano de Carreira, estabelece “padrões remuneratórios” para todos os cargos, razão pela qual, a cada ano, ao vencimento básico é acréscito determinado percentual de aumento.

2.3.3.2.10. Nesse sentido, considerando as categorias jardineiro e auxiliar de jardinagem, quanto à sugestão dos novos valores salariais, considerou-se a informação obtida junto ao portal acima citado, tendo em vista considerar o elemento “experiência profissional”.

2.3.3.2.11. O art. 7º, ADG 14/2022, autoriza a utilização de menos de 3 (três) amostras de preços, ou a falta de uma fonte pública, mediante justificativa técnica, considerando as circunstâncias mercadológicas. Assim, os valores obtidos no portal a título de referência estariam aptos a embasar a justificativa.

2.3.3.2.12. O próprio ADG apresenta a definição de “mercado relevante” como sendo o conjunto de agentes privados que possuam aptidão para produzir e/ou fornecer obras, serviços ou bens conforme em determinados segmentos ou ramos de atividade comercial. (Anexo I – Definições)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

2.3.3.3. Salário de jardineiro⁸, conforme indicação do portal

Um jardineiro, trabalhando no estado do Distrito Federal, ganha em média R\$ 1.791,86 para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais. A faixa salarial do Jardineiro fica entre R\$ 1.629,00, salário mediana da pesquisa, e o teto salarial de R\$ 2.771,07.

As informações estão de acordo com pesquisa do Salário.com.br junto a dados oficiais do Novo CAGED, que reúne dados do CAGED, eSocial e Empregador Web com um total de 1.465 salários de profissionais admitidos e desligados pelas empresas nos últimos 12 meses.

2.3.3.4. Salário de auxiliar de jardinagem⁹, conforme indicação do portal

Um auxiliar de jardinagem, trabalhando na cidade Brasília, ganha em média R\$ 1.554,50 para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais. A faixa salarial do auxiliar de jardinagem fica entre R\$ 1.493,00, salário mediana, e o teto salarial de R\$ 2.046,88.

As informações estão de acordo com pesquisa do Salário.com.br junto a dados oficiais do Novo CAGED, que reúne dados do CAGED, eSocial e Empregador Web com um total de 2.113 salários de profissionais admitidos e desligados pelas empresas na cidade nos últimos 12 meses.

2.3.3.5. Salário de almoxarife¹⁰, conforme indicação do portal

Um Almoxarife trabalhando, na cidade Brasília, ganha em média R\$ 1.730,76 para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais. A faixa salarial do Almoxarife fica entre R\$ 1.538,00, salário mediana, e o teto salarial de R\$ 2.675,99.

As informações estão de acordo com pesquisa do Salário.com.br junto a dados oficiais do Novo CAGED, que reúne dados do CAGED, eSocial e Empregador Web com um total de 5.686 salários de profissionais admitidos e desligados pelas empresas na cidade nos últimos 12 meses.

⁸ Consultado em 8/1/2025 - <https://www.salario.com.br/profissao/jardineiro-cbo-622010/df/>

⁹ Consultado em 8/1/2025 - <https://www.salario.com.br/profissao/auxiliar-de-jardinagem-na-conservacao-de-vias-permanentes-cbo-992225/brasil-df/>

¹⁰ Consultado em 8/1/2025 - <https://www.salario.com.br/profissao/almoxarife-cbo-414105/brasil-df/#:~:text=Um%20Almoxarife%20trabalhando%20na%20cidade, trabalho%20de%2043%20horas%20semanais.>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

2.3.3.5.1. Almoxarife (comparativo entre a contratação de serviço de limpeza (CT 160/2024) e a contratação vigente para o serviço de jardineiro)

Recentemente, o Senado realizou contratação do serviço limpeza. Uma das categorias contempladas foi a de almoxarife, 3 profissionais, com salário base, atualizado pela CCT 2025, fixado em R\$ 3.192,00, conforme folha de pagamento NUP 00100.065118/2025-11, fl.17.

Atualmente, o almoxarife do contrato de jardinagem recebe R\$ 2.574,37¹¹, valor 23,99% inferior, comparativamente. A distinção mostra-se injustificável sob o ponto de vista administrativo.

As tarefas de controle de material e equipamento são as mesmas em ambos os contratos, entretanto a remuneração, não. Uma das empresas teria vantagem quanto à permanência de seus profissionais, tendo em vista a possibilidade de melhor remunerar seus colaboradores. Este TR procura reparar a inconsistência e igualar o salário da categoria almoxarife de ambas as contratações.

A tabela abaixo traz o comparativo entre os salários praticados no mercado e o salário praticado pelo Senado no contrato vigente e **propõe novos valores salariais**.

JARDINAGEM CT 78/2020 200.019354/2024-57, 100.054561/2025-67 12º TA (REPACTUAÇÃO)			HTTPS://WWW.SALARIO.COM.BR Portal de pesquisa de cargos e salários praticados no Brasil. Apresenta estatísticas atualizadas do mercado de trabalho brasileiro de acordo com dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web divulgados pelo MTE		PROPOSTA PARA NOVO SALÁRIO PARA O SERVIÇO DE JARDINAGEM		
QTD	CATEGORIA	SALÁRIO ATUAL	TETO DE REFERÊNCIA	Percentual comparativo ao CT vigente	QTD	CATEGORIA	SALÁRIO PROPOSTO
1	Encarregado Geral	R\$ 5.462,97	-	-	1	Encarregado Geral	R\$ 5.462,97
12	Jardineiro	R\$ 2.574,38	R\$ 2.771,07	↑ 7,64%	12	Jardineiro	*R\$ 3.915,02
39	Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.743,69	R\$ 2.046,88	↑ 17,38%	32	Auxiliar de Jardinagem	**R\$2.651,74
3	Operador de Roçadeira Costal	R\$ 1.802,16	R\$ 2.046,88	↑ 13,57%	10	Operador de Roçadeira Costal	***R\$ 2.651,74 + 20% = R\$ 2.955,34
1	Almoxarife	R\$ 2.574,38	R\$ 2.675,99	↑ 3,95%	1	Almoxarife	**** R\$ 3.192,00
1	*****Motorista	R\$ 3.532,00	-	-	1	Motorista	R\$ 3.532,00
57					57		

¹¹ *O valor de referência foi consultado no pedido de repactuação enviado ao Senado (NUP 200.003283/2025-51) (já atualizada com a CCT 2025),





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

* O salário de jardineiro teve como referência o estabelecido para os auxiliares de jardinagem. Adicionou-se o percentual de 47,64% de forma a manter a proporcionalidade percentual na diferença entre os salários de jardineiro e de auxiliar de jardinagem expressos na CCT Sindiserviços-DF.

** O Salário de auxiliar da jardinagem foi equiparado ao salário do servente de limpeza (CT 160/2024 - R\$ 2.651,74, NUP 100.065118/2025-11)

*** O Salário de Operador de Roçadeira Costal foi equiparado ao salário do servente de limpeza (CT 160/2024 - R\$ 2.651,74, NUP 100.065118/2025-11), com o acréscimo do adicional de insalubridade de 20% sobre o salário mínimo (conforme laudo anexo (NUP 00100.013577/2025-10).

**** Salário de almoxarife foi estabelecido tendo como referência a mesma categoria "almoxarife" constante no contrato do Senado nº 160/2024 (contratação do serviço de limpeza), conforme folha de pagamento do mês de março (NUP 100.065118/2025-11).

***** O salário da categoria "motorista" está atualizado conforme Termo Aditivo DF000176/2025 à CCT000642/2024 – SEAC/DF x SITRATER/DF, seguindo a orientação do SELESC no documento de NUP 100.078109/2025-91, fl. 1.

2.3.4. Resultados esperados com a contratação

Não há como garantir o alcance das metas institucionais finalísticas, sem que haja a terceirização desses serviços de suporte operacional. Assim, com a contratação pretendida, visando atender aos princípios da continuidade do serviço público e da eficiência, estar-se-á assegurando condições para otimizar o direcionamento do trabalho dos servidores do Senado Federal para atividades de cunho estratégico e decisório.

2.4. Possíveis riscos, caso não se contrate o objeto solicitado, e benefícios esperados com a contratação:

2.4.1. A falta de serviços de jardinagem pode trazer diversas consequências negativas, como o crescimento descontrolado de ervas daninhas, que competem por nutrientes e comprometem o desenvolvimento de plantas desejadas. Além disso, áreas mal-cuidadas podem acumular pragas e doenças, prejudicando o ecossistema local e a saúde das plantas. A negligência também pode levar à degradação do solo e ao impacto visual negativo, afetando o valor estético do espaço. Por fim, espaços verdes mal gerenciados podem causar desequilíbrios ambientais e perda da biodiversidade.

2.5. Contratos que serão substituídas com a contratação e valores comparados (contratação vigente / nova contratação):

Nº Contrato	Objeto	Contratada	Término da vigência
CT 78/2020	prestação de serviços continuados de manutenção, conservação e implantação dos jardins internos e externos, áreas não urbanizadas, vasos de plantas e atividades de manejo no viveiro do Senado Federal, incluindo o fornecimento de insumos/materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra,	APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA. 00.087.163/0001-53	12/07/2025





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

O valor solicitado ao Comitê de Contratações e autorizado por ele totalizou R\$ 19.547.774,30 em 5 anos (NUP 100.223292/2024-12). Entretanto, após a pesquisa de preços e o planilhamento dos novos salários, o custo estimado foi estabelecido em **R\$ 23.262.891,27 para 50 meses.**

	VALOR DO CONTRATO VIGENTE ANUAL (100.007169/2025-29) (CT 78/2020– 12º TA)	ESTIMATIVA DE CUSTO PARA A NOVA CONTRATAÇÃO (MENSAL)	ESTIMATIVA DE CUSTO PARA A NOVA CONTRATAÇÃO (ANUAL)	ESTIMATIVA DE CUSTO PARA A NOVA CONTRATAÇÃO (50 meses)
MÃO DE OBRA CATSER 24309	R\$ 3.507.007,68	R\$ 412.394,14	R\$ 4.948.729,68	R\$ 20.619.707,00
Ferramentas (depreciação) CATMAT 445977	R\$ 53.666,04	R\$ 6.497,37	R\$ 77.968,49	R\$ 324.868,73
Materiais de Consumo CATMAT 24325	R\$ 534.153,20	R\$ 46.366,31	R\$ 556.395,73	R\$ 2.318.315,54
TOTAL	R\$ 4.094.826,96	R\$ 465.257,83	R\$ 5.583.093,90	R\$ 23.262.891,27

2.6. Dispensa de Estudo Técnico Preliminar

2.6.1. De acordo com o artigo 1º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, do Ministério da Economia, ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.6.2. A Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, também em seu artigo 1º (VII), estabeleceu que no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, o serviço de jardinagem.

2.6.3. Se o ETP é o documento onde se conclui pela viabilidade da contratação e a referida Portaria sugere a execução indireta como modelo de prestação de serviço de jardinagem, razoável entender que os requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características (todos elementos obrigatórios no ETP) podem constar no Termo de Referência independentemente de constar em ETP, já que, quanto ao serviço de jardinagem, a própria portaria a reconhece como um serviço típico de terceirização.

2.6.4. Em outras palavras, a viabilidade técnica da contratação bem como o tratamento de seu impacto ambiental, já foram analisados pela administração e, quanto ao serviço





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

de jardinagem, entendeu-se que (segundo a Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento) a melhor solução é a terceirização.

2.6.5. Feitas as devidas considerações, e considerando que o ETP poderá ser dispensados a depender da situação, encaminhamos ao Comitê de Contratação a presente solicitação de dispensa de apresentação de ETP, tendo em vista que as circunstâncias e os elementos consignados no DFD evidenciam a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração. (ADG nº 14/2022, Anexo II, Art. 3º, § 1º, incisos II e III).

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Modalidade de licitação

Considerando que o objeto da contratação pretendida pode ser qualificado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, como “serviço comum”, posto que as suas especificações, padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais, e encontram-se amplamente disponíveis no mercado relevante, **deverá ser adotada a modalidade de licitação “pregão”, em sua forma eletrônica**, consoante estabelece o inciso XLI do art. 6º; o §2º do art. 17 e o caput do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Critério de julgamento das propostas

Por ser enquadrado como “serviço comum”, o parâmetro de aferição da proposta mais vantajosa deverá ser ter por premissa o menor dispêndio para a Administração. No caso, dentre os critérios cabíveis para a modalidade pregão (“menor preço” ou “menor desconto”), dada a variabilidade na composição dos custos com mão de obra de acordo com as características de cada licitante, **impõe-se a adoção do critério de julgamento “menor preço”**, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Critério de adjudicação

Considerando que as categorias constantes nos itens de 1 a 7 da tabela abaixo devem ser disponibilizadas e gerenciadas de forma sistemática e unívoca e tendo em vista que as categorias de "Encarregado Geral", com atribuições gerenciais quanto à mão de obra, deverão, pela natureza de suas atividades, pertencer à mesma empresa que contratará os demais empregados, tem-se que **o objeto deverá ser adjudicado de forma "global"**, agrupando-se os itens da seguinte forma:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Item	Categoria	Qtde
1	Encarregado Geral	1
2	Jardineiro	12
3	Auxiliar de Jardinagem	32
4	Operador de Roçadeira Costal	10
5	Almoxarife	1
6	Motorista	1
	Total	57

Logo, mesmo em atenção à Súmula nº 247 do TCU, pela dinâmica de execução do objeto que pressupõe a indissociabilidade do fornecimento da mão de obra, resta evidenciada a vantagem técnica e administrativa para a adoção do critério de adjudicação "global".

Ademais, denota-se o potencial de aumento da vantajosidade da proposta a ser adjudicada, tendo em vista que a contratação por categoria, por envolver menor número de postos de trabalho, potencializaria o aumento dos custos com administração na composição da planilha dos licitantes.

3.4. Não cabimento do Sistema de Registro de Preços

Considerando que a demanda dos serviços almejados é objetivamente e antecipadamente definida em termos temporais e quantitativos, entende-se pelo não cabimento do Sistema de Registro de Preços.

3.5. Não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Conforme disposto no art. 4º, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, não serão aplicados à futura licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, porquanto o montante estimado para a contratação supera o valor limite de enquadramento de EPP previsto no art. 3º da LC nº 126/2006, qual seja, R\$ 4.800.000,00.

3.6. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão da complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto.

Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associassem e não disputassem individualmente o objeto da licitação.

3.7. Será obrigatória a apresentação de Termo de vistoria ou de declaração de dispensa de vistoria pelas licitantes, na forma das alíneas abaixo:

A . Com o objetivo de permitir a formulação mais precisa das propostas pelas licitantes, faculta-se às interessadas a realização de vistoria às instalações e dependências do SENADO para avaliação dos componentes que integram o ambiente físicos da execução, tais como gramados, jardins, composteira e o viveiro de plantas, bem como aqueles que, direta ou indiretamente, constem neste Termo de Referência e, no entendimento das licitantes, possam influenciar na execução do serviço, nos termos abaixo.

A.1. É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto à Secretaria de Patrimônio do SENADO FEDERAL, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 1 (um) dia útil**, contado da data marcada para a sessão pública.

A.1.1. A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta, nos horários de 10h às 16h, pelos telefones (61) 3303- 4799 ou (61) 3303- 4483 ou pelo e-mail marcelo.jose@senado.leg.br.

A.1.2. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

A.1.3. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

A.1.3.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A.1.3.2. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos acima, não será executada a vistoria.

A.2. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Secretaria de Patrimônio do SENADO FEDERAL

A.3. Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital.

A.4. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria (ANEXO III) deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.7.1. A contratação envolve uma área extensa, o que por si só já adiciona variáveis operacionais importantes, como topografia diversa, existência de áreas de difícil acesso ou com restrições, diferença nos tipos de vegetação, gramados, arbustos, árvores de grande porte, entre outras. Essa heterogeneidade do ambiente exige que os licitantes compreendam *in loco* o escopo real do serviço, para evitar propostas inexecutáveis ou imprecisas.

3.7.2. Com 57 profissionais a serem alocados, é fundamental que os licitantes saibam exatamente como a mão de obra será distribuída, quais áreas exigirão maior dedicação ou especialização, que tipos de equipamentos serão necessários para manutenção em determinadas áreas. Essas informações não podem ser completamente captadas por documentos técnicos, tornando a vistoria um instrumento essencial para o dimensionamento correto de custos e prazos.

3.7.3. Ao permitir a vistoria, reduzem-se as chances de aditivos contratuais por alegação de desconhecimento das condições reais, evita-se a desclassificação de propostas por inconsistência ou inexecutabilidade técnica e isso proporciona mais segurança jurídica à Administração Pública e mais equilíbrio ao processo licitatório.

3.8. Qualificação Econômico-Financeira

As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021”.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A. balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

A.1. todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

A.1.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

A.1.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

A.1.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

A.2. Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor correspondente a 12 (doze) meses de contrato apurado a partir da proposta da licitante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, na forma exigida na alínea “a” deste subitem.

A.3. Patrimônio Líquido - PL mínimo de 10% (dez por cento) do valor correspondente a 12 (doze) meses de contrato apurado a partir da proposta da licitante, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea “a”.

B. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4. RELAÇÃO DOS ITENS DA CONTRATAÇÃO, INCLUINDO DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES CORRELATAS.

Os itens relativos à mão de obra deverão atender ao seguinte:

Item	Categoria	Qtde	Carga horária	Salário Base	CATSER
1	Encarregado Geral CBO 9922-05	1	Carga horária de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 7 horas às 16 horas, com intervalo de uma hora para o almoço.	R\$ 5.462,97	24309
2	Jardineiros CBO 6220-10	12	Carga horária de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 7 horas às 16 horas, com intervalo de uma hora para o almoço.	R\$ 3.915,02	





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

3	Auxiliar de jardinagem CBO - 9922-25	32	Carga horária de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 7 horas às 16 horas, com intervalo de uma hora para o almoço.	R\$2.651,74	
4	Operador de Roçadeira Costal CBO 6410-15	10	Carga horária de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 7 horas às 16 horas, com intervalo de uma hora para o almoço	R\$2.651,74 + 20% = *R\$ 2.955,34	
5	Almoxarife CBO 4141-05	1	Carga horária de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 7 horas às 16 horas, com intervalo de uma hora para o almoço.	R\$ 3.192,00	
6	Motorista (Veículo pesado) CBO 7825-10	1	Carga horária de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 7 horas às 16 horas, com intervalo de uma hora para o almoço.	R\$ 3.532,00 SITTRATER/DF	

* O adicional de insalubridade foi inserido tendo em vista a indicação constante no Laudo Técnico de NUP 100.013577/2025-10 e calculado sobre o valor do salário-mínimo vigente.

No total, é proposta a contratação de 57 (cinquenta e sete) profissionais, mesmo número do contrato vigente. Os profissionais alocados na execução dos serviços deverão atender aos requisitos e desempenhar as atribuições previstas no **Anexo I, item “A”, deste TR.**

4.1. Justificativas para a definição de salários

4.2.1. Necessidade de disponibilização de mão de obra residente

Como já salientado no tópico “2.2” deste Termo de Referência, a partir do disposto no art. 1º da RSF nº 3/2019, os elementos fáticos inerentes à logística das atividades que se pretende contratar justificam a necessidade de disponibilidade de mão de obra residente para a execução dos serviços de jardinagem.

As categorias especificadas atendem ao Senado Federal e estão distribuídas nas Unidades Administrativas, conforme demandas previsíveis ou imprevisíveis.

O efetivo de postos de trabalho, em regra, é fixo nas unidades, como forma a agilizar um atendimento eficiente e ágil, o que demanda, pois, mão de obra residente. Ademais, as tarefas a serem desempenhadas pelas categorias exigem conhecimento prévio das rotinas e procedimentos internos das unidades usuárias, constituindo, pois, um risco à eficiência da execução um alto *turnover* inerente à contratação “por resultados”.

Resta, evidenciado, pois, que seria temerária a realização de contratação exclusivamente por resultados, sobretudo pelo prejuízo à preservação da cultura organizacional e a segurança dos serviços no ambiente parlamentar.

A seu turno, parece notória a necessidade de alocação do posto de “Encarregado Geral”, dado o volume de funcionários a serem geridos, o que demanda dedicação exclusiva e integral dos profissionais que desempenharão tal atribuição.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

4.2.2. A adequação do Senado Federal ao “modelo híbrido” de contratação de mão de obra

Em atenção à jurisprudência do Tribunal de Contas da União e sob a inspiração do disposto na Portaria TCU nº 375/2018, a futura contratação objeto dos autos foi estruturada a partir do chamado "modelo híbrido", conforme premissas desenvolvidas no voto do Min. Benjamin Zymler no Acórdão nº 1.125/2009-Plenário, de modo que o valor mensal faturado será calculado com base nos resultados (indicadores de nível de serviço) alcançados pela contratada na prestação do serviço.

A contratação de postos de trabalho, aliada ao estabelecimento de indicadores de desempenho (IMR) e fixação de piso salarial mínimo, representa uma praxe na Administração do TCU no tocante aos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Dessa forma, os indicadores de nível de serviço para fins de dimensionamento do pagamento mensal devido à futura contratada foram estabelecidos e justificados no item **14 deste termo de referência**.

4.2.3. Observância do art. 2º da RSF nº 3/2019

Por se tratar de ato normativo primário (art. 59, VII, CRFB), editado pelo Plenário do Senado Federal com fundamento em sua autonomia constitucional de gestão da própria administração interna (art. 52, XIII), é imperioso que os órgãos administrativos desta Casa Legislativa observem, no tocante aos procedimentos de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o disposto no art. 2º da RSF nº 3/2019:

Art. 2º **Os instrumentos convocatórios indicarão** o número de postos de trabalho e **os salários de cada atividade**, que poderão ser definidos de acordo com os seguintes critérios:

1 - valor fixado mediante **justificativa baseada nas especificidades do Senado Federal**;

[...]

§ 1º A justificativa referida no inciso I deverá considerar a exigência de melhor qualificação dos empregados da empresa prestadora de serviço, a **necessidade de preservação da cultura organizacional** do Senado Federal, a **segurança dos serviços no ambiente parlamentar** ou a **experiência e a integração dos prestadores de serviço**, entre outros aspectos, os quais serão submetidos à apreciação do Primeiro-Secretário. (grifo não constante no original)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

§ 2º Os postos de trabalho ocupados atualmente em decorrência da contratação de serviços objeto de execução indireta poderão ser mantidos, com o pagamento dos valores atualmente praticados nas planilhas de custos, até o limite do prazo de vigência fixado pelo inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos), em atenção aos princípios da continuidade do serviço público e da segurança jurídica, bem como ao disposto no inciso VI do art. 7º da Constituição Federal, nas cláusulas de continuidade constantes das convenções coletivas de trabalho, e na Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

Como se verá a seguir, uma vez presentes os pressupostos elencados no caput do art. 2º da mencionada Resolução, tem-se por normativamente fundamentada a fixação dos pisos salariais a partir necessidade de preservação da cultura organizacional, da segurança dos serviços no ambiente parlamentar e, por fim, da experiência e a integração dos prestadores de serviço:

PREMISSA	JUSTIFICATIVA
<p>“a experiência e a integração dos prestadores de serviço”</p>	<p>A remuneração acima do piso visa contemplar aqueles funcionários que se destacam dentro da categoria.</p> <p>Por uma lógica de mercado e de valorização profissional, tais funcionários se interessam por empregos que lhe garantam remuneração condizente com sua experiência e expertise, de modo que a proposta de salário pelo piso da categoria poderia gerar desinteresse em desempenhar suas atribuições no Senado Federal, sobretudo pela formalidade do ambiente e o nível de controle que são submetidos.</p> <p>Ademais, a fixação de salário com base no piso da categoria acentua a ocorrência de turnover/ rotatividade de funcionários.</p>
<p>“a necessidade de preservação da cultura organizacional do Senado Federal”</p>	<p>Trata o Senado Federal de uma instituição essencial ao desenho institucional da democracia brasileira, o que traz uma configuração e dinâmica de funcionamento muito peculiar e complexa, muitas vezes, não equiparável a outras organizações.</p> <p>Assim, há que se prezar pela manutenção de uma cultura própria de trabalho, condizente com um ambiente de convívio entre uma complexa estrutura administrativa e uma lógica política imanente característica do sistema democrático representativo.</p> <p>Até mesmo em razão do ambiente democrático e plural, exige-se de todos os colaboradores – e não apenas dos servidores efetivos e comissionados – a sinergia inerente à referida cultura organizacional.</p>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

“a segurança dos serviços no ambiente parlamentar”	<p>Dado o acesso irrestrito aos ambientes internos, a confiabilidade e a lealdade devem ser inerentes ao vínculo, direto ou indireto, dos colaboradores com o Senado Federal.</p> <p>Os funcionários terceirizados têm acesso direto aos parlamentares e demais agentes políticos das mais altas cúpulas da República, sendo imperioso que o Senado Federal se preocupe – por questões até mesmo de segurança nacional – com a confiabilidade e a lealdade de tais colaboradores.</p> <p>Assim, a fim de se evitar a alta rotatividade da mão de obra terceirizada, uma remuneração condizente é medida apta à busca da manutenção de funcionários que já tenham incorporado a “cultura organizacional” do Senado Federal e, de certa forma, passado pelo “crivo” da confiabilidade e lealdade com a instituição.</p>
---	---

Consoante os fundamentos externados na tabela acima, vê-se que uma remuneração acima do piso da categoria, de fato, representa uma importante premissa para mitigar o risco de *turnover*/rotatividade da mão de obra residente no Senado Federal, o que poderia prejudicar diversos pressupostos almejados pelo disposto no art. 2º da RSF nº 3/2019.

Como forma de demonstrar empiricamente tal correlação (boa remuneração/baixo turnover), informa-se abaixo a quantidade de alterações de funcionários empregados ao longo da execução de três contratações do Senado (nas quais foram fixados, em duas, piso salarial superior e, na outra, piso salarial conforme a própria CCT adotada).

As duas últimas contratações já concluídas de mão de obra para serviço de apoio administrativo (Contratos nº 066/2018 e nº 115/2020), ambas com salários fixados em patamar superior ao piso, a substituição de colaboradores foi expressivamente inferior, cerca de 34 vezes, se comparada ao Contrato nº 027/2017 de prestação de serviços de motorista, cuja remuneração se dá pelo piso estabelecido na respectiva CCT.

SALÁRIOS CONTRATUAIS FIXADOS <u>ACIMA DO</u> PISO DA CATEGORIA APOIO ADMINISTRATIVO		SALÁRIOS CONTRATUAIS FIXADOS PELO <u>PISO</u> DA CATEGORIA (SINDISERVIÇOS-DF) MOTORISTA
CT 066/2018 Intelit Service	CT 115/2020 MG Terceirização	CT 27/2017 Ecolimp Serviços Gerais
837 postos	856 postos	77 postos
5 colaboradores desligados	15 colaboradores desligados	31 colaboradores desligados





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Percentual de Rotatividade 0,6%	Percentual de Rotatividade 1,75%	Percentual de Rotatividade 40%
MÉDIA 1,17%		MÉDIA 40%

Quanto às particularidades institucionais do Senado, vale trazer a justificativa para fixação salarial acima do piso da categoria apresentada no Parecer de Plenário, da lavra de Sua Excelência o senador Izalci Lucas acerca do Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2019, que resultou na aprovação da RSF nº 3/2019:

A experiência no desempenho das funções é um fator importantíssimo na determinação da qualidade dos serviços. Remunerar os terceirizados necessariamente pelo piso da categoria, como já mencionado, incentivará a rotatividade da mão de obra, dificultando a adaptação dos prestadores às tarefas que lhe são atribuídas e à cultura organizacional desta Casa, o que, ao fim, resultará em prejuízo para a própria administração e para o público que frequenta o Senado Federal e faz uso de seus serviços.

4.2.4. Possibilidade de fixação de piso salarial conforme entendimento jurisprudencial e em vista da prática administrativa do próprio TCU

Ainda que se alegue que os pisos salariais sugeridos para esta contratação encontrar-se-iam em patamares superiores àqueles constantes da CCT SEAC x SINDISERVIÇOS, o fato é que os valores são inferiores ao mínimo estabelecido pelos ditames constitucionais, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (R\$ R\$ 7.067,68, em dezembro de 2024¹²), e também compatíveis com os rendimentos médios reais e nominais aferidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para empregados com carteiras de trabalho assinadas.

A fixação de pisos salariais em edital, quando devidamente justificada, é medida de interesse público, há muito admitida pela jurisprudência do TCU.

Tal entendimento se mostra arraigado inclusive na prática administrativa da Corte de Contas Federal que, em suas próprias contratações envolvendo dedicação exclusiva de mão de obra, tem por padrão fixar pisos salariais, em grande parte dos casos, em patamares superiores àqueles constantes da CCT aplicável. Nesse sentido, destaca-se licitação promovida pelo TCU envolvendo atividades de apoio administrativo, Pregão Eletrônico nº 052/2019, fl. 51, foram fixados em R\$ 2.167,45 e 2.308,49 os salários das categorias “garçom” e “recepção” respectivamente, embora a CCT das categorias indicasse, à época, o valor R\$ 1.770,00 para ambas, ou seja, 22,45% e 30,42% acima do piso.

¹² <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

No Pregão Eletrônico TCU nº 025/2023 (Processo TC nº 008.110/2023-9), que tinha por objeto prestação de “*serviços continuados de suporte e apoio às atividades de gestão e operacionais das unidades técnicas e gabinetes de autoridades do Tribunal de Contas da União*” (estimado em R\$ 14.515.129,20), a Corte de Contas estabeleceu, no item 33.6.3.1 do edital e no item 8 do Anexo IV, que não poderia ser aceita proposta que “*salário inferior ao piso salarial estabelecido neste Edital ou ao do instrumento coletivo a que esteja obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao empregado*”.

É mister destacar a justificativa apresentada pela Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip/TCU), no Relatório Final referente ao Processo TC nº 008.110/2023-9, para lastrear a fixação de salários com valor superior ao previsto na CCT aplicável:

"[...] a proposta de fixação dos salários tem como principal objetivo permitir a seleção de profissionais mais capacitados para lidar com informações processuais, documentais e estratégicas, bem como de reduzir o índice de rotatividade, de forma a contribuir para a manutenção da qualidade dos serviços, uma vez que a integração e o treinamento interno do profissional têm um custo muito alto para as unidades do TCU.

O Tribunal é uma instituição especializada que trata dos mais complexos e diversos assuntos. Nesse contexto, **é altamente desejável que os profissionais estejam familiarizados com os temas e linguagem do Tribunal em processos, documentos, relatórios, acórdãos, assim como tenham conhecimento da estrutura organizacional e de seu funcionamento.**

Em relação aos argumentos apresentados, é relevante ressaltar que os colaboradores, em especial os profissionais que irão prestar serviços de Suporte Operacional em Gabinetes – Apoio II, **terão contato direto com autoridades, internas, externas e internacionais, bem como com dirigentes do Tribunal e de outros órgãos da Administração.**

Os salários propostos são coerentes com o perfil definido para os profissionais e com a média de salários praticados para serviços similares em outras instituições públicas. Nesse sentido, além da **importância de poder contratar um profissional experiente com salário competitivo, a fixação do salário também contribui para a promoção da isonomia no tratamento dado à categoria profissional que presta serviços similares na Administração Pública**". [grifou-se]

Denotando-se tratar de uma praxe administrativa no TCU, oportuno observar o apontamento feito no parecer jurídico que analisou a minuta de edital do Pregão Eletrônico nº 052/2019 (Processo TC nº 009.463/2019-4), referente à licitação anterior para o mesmo objeto (contratação de serviços de apoio administrativo):

[...]

15. A condição 28.7 da minuta do edital e seu anexo IV dispõem que os valores dos salários dos profissionais alocados à prestação dos serviços não poderão ser inferiores aos estabelecidos no instrumento convocatório.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

16. Assim, o edital apresenta a possibilidade de fixação de piso salarial superior ao fixado em normas coletivas.

[...]

22. A Representação 8/2014-Dipac (doc. 3) justifica a adoção de pisos salariais diferenciados para os contratos do TCU em razão, basicamente, da possibilidade de contato destes trabalhadores com as autoridades do TCU e em razão de uma maior complexidade das atividades a serem por eles desempenhadas neste Tribunal, e indica expressamente que “deve-se considerar que os funcionários terão contato com informações importantes, e com as autoridades do Tribunal; de modo que é desejável, mediante remuneração justa e adequada, atrair e mantê-los nos postos de serviço do TCU, evitando a rotatividade” (item 13, doc. 3).

23. Dentre as justificativas para fixação de piso salarial, indica o item 63 do doc. 29 que, “Para composição das Planilhas de Custos e Formação de Preços referentes aos cargos de Recepcionista e de Garçom, itens 55 e 58 acima, por estarem atendendo às demandas diretas ou indiretas de Ministros, Ministros-Substitutos e dos Representantes do Ministério Público junto ao TCU, e por isso necessitarem de qualificação de profissionais acima da média do mercado, evitando-se alta rotatividade, deverá ser observado o pagamento de salário não inferior aos praticados atualmente em contratos firmados com a Administração Pública em conformidade com a proporção demonstrada na planilha abaixo, correspondente a aproximadamente 30% acima do piso salarial para o Recepcionista e 23% para o Garçom, resultado de pesquisa realizada pela Disop”.

Resta evidenciado, portanto, que as justificativas internamente apresentadas pelo TCU para lastrear a fixação de pisos salariais superiores à categorias profissionais que, ainda que acessórias, desempenhem atribuições em contato direto com Ministros, autoridades e servidores e que possuem acessos relevantes a todas as dependências e ambientes do Tribunal (nos mais variados contextos e períodos do dia), guardam compatibilidade com as premissas estabelecidas no §1º do art. 2º da RSF nº 3, de 2019, em especial: a) “a exigência de melhor qualificação dos empregados da empresa prestadora de serviço”; b) “a necessidade de preservação da cultura organizacional do Senado Federal”; c) “a segurança dos serviços no ambiente parlamentar”; d) “a experiência e a integração dos prestadores de serviço”.

Por fim, de alguns julgados do TCU extraem-se importantes premissas no sentido de que a fixação de pisos salariais contempla finalidades sociais a cargo da Administração, notadamente em vista do objeto da “promoção do desenvolvimento nacional sustentável”. Vejamos:

[...] se autorizados a estabelecer livremente os salários de seus empregados, as empresas interessadas, seriam capazes de ofertar preços mais baixos que se obrigadas a uma política de remuneração mínima [...]

Como toda empresa capitalista visa a maximização de seus lucros, com certeza as empresas fornecedoras de mão-de-obra se sentirem tentadas a aumentar seus ganhos através da diminuição dos salários pagos aos seus





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

empregados, que, como não podemos esquecer, constituem o mais importante custo desse tipo de contrato. **O pagamento de salários mais baixos tende, naturalmente, à seleção das pessoas menos capacitadas ou, no mínimo, contribui para o descontentamento dos contratados, afetando a sua eficiência e produtividade. Em qualquer dessas hipóteses a administração restará como a maior prejudicada, apesar de, a princípio, ter se beneficiado de custos mais baixos.** Não acredito que o princípio da vantajosidade deva prevalecer a qualquer custo. **A terceirização de mão-de-obra no setor público, quando legalmente permitida, não pode ser motivo de aviltamento do trabalhador, com o pagamento de salários indignos.** A utilização indireta da máquina pública para a exploração do trabalhador promete apenas ineficiência dos serviços prestados ou a contratação de pessoas sem a qualificação necessária. Tem sido marcante nos últimos tempos, a crescente mobilização dos servidores públicos por melhores salários. Uma das principais bandeiras apresentadas pelo movimento é o trinômio qualidade, produtividade e remuneração. **Se a qualidade dos serviços públicos prestados e a produtividade dos servidores está relacionado com o grau de satisfação destes com sua remuneração, essas mesmas premissas se aplicam em relação aos empregados terceirizados, aos quais deve ser garantido uma remuneração mínima, condigna às atribuições que lhe são impostas.**

(Voto do Ministro Relator MARCOS VINÍCIOS VILAÇA no Acórdão TCU nº 256/2005-Plenário)

[...] Há, contudo, outros pontos que devem ser considerados no presente julgamento, como aduzido pelo recorrente. Trata-se da questão da proposta mais vantajosa e a satisfação do interesse público. **Reconheço que existe, sim, a possibilidade de aviltamento dos salários dos terceirizados e consequente perda de qualidade dos serviços, o que estaria em choque com a satisfação do interesse público. Nesse aspecto, no caso de uma contratação tipo menor preço, em que as empresas mantivessem os profissionais pagando-lhes apenas o piso da categoria, entendo que não seria razoável considerar, apenas como vantagem a ser obtida pela Administração, o menor preço.** Livres de patamares salariais, os empregadores, de forma a maximizar seus lucros, ofertariam mão de obra com preços de serviços compostos por salários iguais ou muito próximos do piso das categorias profissionais, o que, per se, não garantiria o fornecimento de mão de obra com a qualificação pretendida pela Administração. Sob esse prisma, entendo que a qualidade e a eficiência dos serviços postos à disposição de órgãos públicos não podem ficar à mercê da política salarial das empresas CONTRATADAS [...] **este Tribunal não pode ignorar o princípio da eficiência e o interesse público presente na contratação de mão-de-obra que tantos transtornos têm causado à Administração, além da consequente responsabilização trabalhista que tem recaído sobre os órgãos públicos contratantes, em razão do abandono dos empregados por seus empregadores, sem o devido pagamento de seus direitos e encargos, dadas as características peculiares das contratações com fins de terceirização.**

Ante as considerações apresentadas, julgo que **a fixação do salário-paradigma, como por exemplo, os valores já pagos em contratação anterior como remuneração aos empregados, atualizados, por certo, de forma a manter o poder aquisitivo dos valores ao tempo das respectivas contratações, pode se constituir em um referencial, como mencionado pelo ilustre administrativista citado no presente Voto, servindo para balizar as ofertas dos licitantes e para garantir a continuidade, qualidade**





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

e eficiência dos serviços prestados. Vale também frisar que o salário-paradigma é relativo aos valores recebidos pelo trabalhador, ser humano, não se confundido com um valor de referência para coisas ou bens, como, por exemplo, o item serviço de um edital de licitação.

Por derradeiro, entendo que também assiste razão ao recorrente ao invocar, para solução da lide em favor da coletividade, do interesse público e da eficiência, comandos diretivos da Carta Magna, que consideram o trabalho como primado da ordem social. No caso em comento, concluo que ao mitigar dispositivo da Lei de Licitações em favor da aplicação de princípios constitucionais, esta Corte estará atuando em favor de uma maior aproximação entre o direito e os valores sociais, consoante ensinamento do eminente professor de Filosofia do Direito de Harvard, Robert Dworkin, acerca dos princípios jurídicos gerais e constitucionais. ”

(Voto do Ministro Relator AUGUSTO NARDES no Acórdão TCU nº 290/2006 – Plenário).

5. REQUISITOS DA LICITANTE

5.1. Qualificação Técnica Necessária

5.1.1. Será exigida declaração de que a licitante terá responsável técnico agrônomo ou engenheiro agrônomo, inscrito em conselho de classe, durante a execução contratual, segundo orientação contida na Resolução nº 1.048 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que a atividade a ser executada prevê manutenção em viveiro, manutenção em composteira, Execução e manutenção de mapa fitossanitário, acompanhamento e aplicação de adubos, seguindo recomendações das normas técnicas.

5.1.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes.

5.1.3. A qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação. A quantidade mínima de postos exigida neste TR tem como base o que já estabelecino pela legislação e pela jurisprudência do TCU. No caso em tela, a presente qualificação técnica é imprescindível, pois se trata de serviços de complexidade considerável que não são compatíveis com empresas com pouca ou nenhuma experiência, considerando o volume de mão de obra a ser gerido (57 postos) e em observância às premissas que fundamentaram o Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário¹³ e do item 10.6,

¹³ ACÓRDÃO 1214/2013 – PLENÁRIO - tópico 117. Com o propósito de atender aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, entende-se que deve ser requerido, para demonstrar a capacidade técnica para gerir pessoal, um mínimo de 20 (vinte) postos, pouco importando as dimensões dos serviços. Essa exigência presta-se a assegurar que a contratada possui a aptidão mínima para gerenciar contratos de natureza continuada, com cessão de mão de obra, perante a administração pública, até o limite de quarenta postos. Após esse limite, passaria a ser exigido 50% do total de postos de trabalho objeto da licitação. (destaque nosso)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

c.1, da IN 05/2017¹⁴, reputa-se pela necessidade de exigência de comprovação da qualificação técnico-operacional no certame a ser realizado, a partir dos seguintes requisitos e parâmetros:

a) Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços de gestão de mão de obra terceirizada de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de profissionais informada no 2.3 deste TR, isto é 29, profissionais.

a.1) Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “a” (12 meses), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes;

a.2) Para a comprovação do quantitativo mencionado na alínea “a.1”, será admitido o somatório de atestados, desde que contemplados no mesmo período mínimo de 12 (doze) meses;

a.3) As licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação, documentos fiscais e dados relativos à execução e ao local em que foram prestados os serviços.

5.1.4. Deverá, ainda, ser exigido como requisito de proposta:

Declaração expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

5.1. Exigência de apresentação de declaração de instalação de escritório no DF

Considerando o elevado volume de mão de obra a ser gerido e a necessidade de estabelecimento da máxima eficiência na dinâmica da relação entre o Senado Federal e a empresa contratada, reputa-se ser necessário estabelecer, como requisito da proposta, a apresentação da seguinte declaração:

Apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório no Distrito Federal, a ser comprovado no prazo de até 60 (sessenta) dias do início da execução.

¹⁴ 10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

(...)

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados; (Grifo nosso)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Cumprе frisar que é praxe na Administração Federal, quando da contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em especial com grande quantidade de postos de trabalho, a exigência da declaração de instalação de escritório na cidade da prestação, tanto que tal possibilidade é incorporada na alínea "a" do item 10.6 do Anexo VII-A da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, normativo referencial de boas práticas nas contratações de serviços continuados.

Ademais, se mostra evidente a pertinência de um espaço físico no Distrito Federal para a concentração das atividades do preposto e do relacionamento dos funcionários alocados na prestação do serviço com a empresa contratante. Busca-se, assim, eficiência, organização e segurança na complexa atividade de gerenciamento de mão de obra de quantitativo considerável como se dá na presente contratação.

Em assim sendo, por ser uma exigência justificável e reiteradamente praticada pela Administração Pública, é possível depreender que o mercado já se encontra devidamente preparado para tanto.

6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE RELACIONADOS AO OBJETO A SEREM COMPROVADOS PELA LICITANTE.

6.1. Tendo em vista as condições do objeto do presente Termo de Referência, as exigências e critérios de práticas de sustentabilidade serão definidos no item “7.2.4” deste Termo de Referência.

7. REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços dar-se, no prazo máximo de até 30 dias corridos, após a assinatura do contrato.

7.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços na forma prevista nos subitens abaixo:

7.2.1. A prestação dos serviços será realizada nas dependências do Senado Federal, em Brasília, nos dias úteis, de 7h às 16h. Não será permitida utilização de folguistas.

7.2.2. Se for necessário, e a critério do CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente no item 4, desde que comunicado previamente ao fiscal podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista no dissídio da categoria envolvida;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

7.2.3. É vedado à CONTRATADA retirar os equipamentos das dependências do Senado, salvo por motivo de manutenção, ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, cabendo ao fiscal a autorização prévia.

7.2.4. Como compromisso relacionado à questões ambientais, a CONTRATADA deverá:

7.2.4.1 Utilizar exclusivamente adubos orgânicos;

7.2.4.2. Utilizar prioritariamente plantas adaptadas ao clima quente e seco de Brasília;

7.2.4.3. Utilizar plantas frutíferas, quando possível e nunca a beira dos estacionamentos, com o objetivo de beneficiar os pássaros da região;

7.2.4.4. Utilizar, sempre que existam, produtos que possuem comercialização em refil;

7.2.4.5. Providenciar o recolhimento e destinação ambiental adequada de seus resíduos e embalagens, de acordo com o sistema de logística reversa nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

7.2.4.6. Não utilizar produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, conforme Decreto 2.783/98 e Resolução CONAMA 267/2000;

7.2.4.7. Utilizar equipamentos elétricos geradores de ruídos que possuam Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94 e legislação correlata;

7.2.4.8. Utilizar aparelhos elétricos na execução dos serviços que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO respectiva, e que os produtos atendam, conforme o caso, ao índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Interministerial correspondente;

7.2.4.9. Realizar programa interno de treinamento dos empregados para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

7.2.4.10. Priorizar o desenho de corredores verdes;

7.2.4.11. Não plantar espécies venenosas;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- 7.2.4.12.** Fazer compostagem de todo os resíduos vegetais e orgânicos produzidos nas dependências;
- 7.2.4.13.** Instalar uma irrigação eficiente com o objetivo de economizar água;
- 7.2.4.14.** Priorizar, quando disponível, o uso de água da chuva na irrigação dos canteiros e gramados;
- 7.2.4.15.** Utilizar os Micro Organismos Eficientes (MOE) cultivados na melhoria da saúde do solo e na aceleração do processo de compostagem.
- 7.2.4.16.** Diluir produtos em desconformidade com as orientações do fabricante ou descartar resíduos em desacordo com a destinação adequada;
- 7.2.4.17.** No caso de produtos concentrados, deverá diluir na proporção indicada pelo fabricante, se essa for a orientação.
- 7.3.** Eventual necessidade de substituição dos equipamentos e insumos especificados deverá ser justificada e aprovada pela fiscalização;
- 7.4.** Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade de CONTRATADA;
- 7.5.** Os produtos químicos necessários devem ter aprovação dos órgãos governamentais competentes. Todos deverão ser de primeira qualidade e possuir embalagens originais de fábrica ou de comercialização;
- 7.6.** Será obrigatória identificação de todos os equipamentos, ferramentas e utensílios, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE ou de outra empresa prestadora de serviço;
- 7.7.** A CONTRATADA deverá fornecer e colocar à disposição do CONTRATANTE estoque suficiente de material e mudas. Também deverá substituir os equipamentos em até 48 (quarenta e oito) horas, quando apresentarem defeitos, devendo haver autorização formal do fiscal;
- 7.8.** Deverá ser encaminhada mensalmente a relação do material e mudas efetivamente utilizados (anexo II). O relatório deverá acompanhar a nota fiscal emitida pela empresa para pagamento, tendo em vista a necessidade de conferência por parte do Contratante.
- 7.9.** Os equipamentos e materiais deverão ser novos, sem utilização anterior. A depender da justificção por parte da contratada, que deverá demonstrar a impossibilidade da disponibilidade, admitir-se-ão equipamentos já utilizados, enquanto durar a causa da impossibilidade;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

7.10. A CONTRATADA deverá executar os serviços na forma prevista nos subitens abaixo:

7.10.1. Diariamente, ou sob demanda:

7.10.1.1 Adubação de árvores, arvoretas ou arbustos

- a. Fazer limpeza da base da planta retirando os matos, formando uma bacia circular de tamanho definido;
- b. Escarear a terra com enxada;
- c. Colocar terra adubada, esterco curtido, húmus e demais adubos nas proporções definidas a partir de laudo do Engenheiro Agrônomo responsável;

7.10.1.2. Adubação e/ou capeamento de gramado e canteiros conforme determinação técnica:

- a. A adubação e capeamento do gramado serão executados exclusivamente com Forth jardim (ou similar) e composto orgânico formulado;
- b. Para o lançamento deve-se utilizar um quadro/molde de madeira com a medida de 1m x 1m (1 metro por 1 metro).

7.10.1.3. Coleta de detritos não vegetais com transporte e armazenagem:

Retirada de entulho, resto de obra, copos plásticos, guimbas de cigarro, sacolas plásticas, latas de alumínio e todos os resíduos não vegetais com transporte para áreas previamente designadas pela fiscalização.

7.10.1.4. Contorno de gramado e de base de árvores:

Retirada de grama e mato formando um contorno em linha ao longo de todas as calçadas e base das árvores, executado com enxadinha, com a medida padrão de 3 centímetros no máximo. O espaço vago aberto com o contorno deve ser preenchido com terra preta peneirada isenta de sujeira.

7.10.1.5. Manutenção de compostagem;

- a. Colocação de resíduos vegetais em camadas;
- b. Rega frequente de todas as câmaras da composteira;
- c. Colocação de finas camadas de terra quando necessário;
- e. Retirada de mudas que nascem sobre a camada superior do substrato, acondicionando as mudas em sacos ou latas para posterior transporte ao viveiro;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- f.** Recolhimento do chorume e mistura do mesmo com terra, deixando secar ao sol para curtir. Se necessário, transportar o composto do chorume ao local adequado definido para a secagem;
- g.** Recolhimento do composto em datas fixadas pela fiscalização, em função do tempo de maturação;
- h.** Colocação do composto para secar em local apropriado,
- i.** Peneiramento do composto;
- j.** Ensacamento do composto e colocação da parcela não peneirada de volta a composteira;
- k.** Corte de vegetais utilizando a máquina cortadeira, transporte e colocação dos vegetais cortados na composteira.

7.10.1.6. Manutenção de viveiro e estufa;

- a.** Rega das mudas do viveiro;
- b.** Controle de pragas utilizando os recursos orgânicos disponíveis e aprovados pela fiscalização;
- c.** Retirada manual de ervas daninhas das mudas;
- d.** Zelo estético de todo o conjunto de mudas;
- e.** Limpeza do viveiro com a retirada de folhas, mato, ervas daninhas, terra e outros;

7.10.1.7. Manutenção de vasos ornamentais:

Movimentação, rega, limpeza, troca e/ou colocação de terra e desbaste em vasos ornamentais, replantio de mudas e manutenção em plantas já formadas.

7.10.1.8. Manutenção de jardim produtivo na residência oficial;

O jardim produtivo consiste de plantas úteis tais como temperos, frutíferas de pequeno porte, arbustos comestíveis e outros. Deverá ser mantido de acordo com as recomendações para o cultivo orgânico com a frequência média de manutenção de três vezes por semana.

7.10.1.9. Plantio propagativo em canteiros ou jardineiras;

O plantio propagativo é a reprodução de mudas através de estacas, rizomas ou mudinhas. Poderá ser executado em canteiros no viveiro, em canteiros no jardim ou jardineiras próprias definidas pela fiscalização.

- a.** Recolhimento *in loco* da muda ou estaca a ser propagada;
- b.** Transporte da muda para o local de propagação;
- c.** Plantio seguindo as recomendações técnicas;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- d.** Rega abundante;
- e.** Monitoramento do desempenho do crescimento.
- f.** Replântio das perdas. Este plantio também abrange a reprodução por alporquia ou estaquia.

7.10.1.10. Poda de cerca viva com desfolhamento e transporte de resíduos:

- a.** Estabelecimento da altura padrão da poda da cerca viva;
- b.** Alinhamento do topo através de linha de orientação ao longo de toda cerca viva;
- c.** Poda com tesourão amolado;
- d.** Recolhimento das aparas e transporte para a composteira.

7.10.1.11. Preparação de muda em sacos, latas ou sementeiras:

- a.** Preparação da terra adubada contendo somente adubos orgânicos;
- b.** Peneiramento de terra, substratos e adubos;
- c.** Enchimento dos sacos ou latas com a terra adubada;
- d.** Plantio de semente ou estaca;
- e.** Preparação do substrato de plantio;
- f.** Enchimento das sementeiras e colocação de sementes para germinação,
- g.** Acondicionamento de sementes em local apropriado;
- h.** Coleta de sementes de matrizes indicadas nas dependências do Senado ou em locais estipulados pela fiscalização;

7.10.1.12. Preparação de terra adubada;

- a.** Retirada ou recolhimento da terra vegetal;
- b.** Peneiramento da terra;
- c.** Peneiramento do composto da composteira;
- d.** Mistura manual na enxada com a formulação de terra, composto, adubos orgânicos, adubos em pó e areia.

7.10.1.13. Preparação de substrato;

- a.** Seleção dos componentes do substrato;
- b.** Peneiramento e trituração se necessário;
- c.** Execução da mistura com a formulação a critério da fiscalização.

7.10.1.15. Rega manual de áreas verdes:

Compreende a rega manual dos canteiros não contemplados com irrigação por aspersor ou mangueira especial (jardins, canteiros, gramados, jardins internos e vasos), utilizando mangueiras, aspersores e regadores.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

7.10.1.16. Reprodução por alporquia;

- a.** Escolha dos galhos com corte da capa vegetal;
- b.** Envelopamento com musgo seco, plástico e amarelos de cânhamo;
- c.** Controle do enraizamento;
- d.** Poda do galho após enraizamento;
- e.** Preparação da muda no saco ou lata.

7.10.1.17. Retirada de ervas daninhas e inços;

Retirada com ferramentas apropriadas de todo mato e ervas daninhas que nascem em gramados, canteiros e vasos. A retirada deve ser feita integralmente com as raízes para que não haja o renascimento.

7.10.1.18. Trituração de resíduos com máquina trituradora;

Compreende a operação de máquina de trituração para a redução dos resíduos vegetais e colocação na composteira ou ensacada para uso como forração.

7.10.2. Serviços Periódicos:

7.10.2.1. Coleta de frutas:

Consiste na coleta das frutas das árvores e do solo utilizando equipamentos adequados. Para as árvores frutíferas de médio porte deverá ser utilizada a escada ou andaime. Para as árvores frutíferas de grande porte será fornecido pelo Senado Federal, um andaime especial, com rodas e escada. As frutas deverão ser armazenadas em local apropriado e destinadas ao consumo humano conforme orientação da fiscalização. As frutas colhidas do chão deverão ser encaminhadas em recipientes especiais, a uma das composteiras em funcionamento ou então ao viveiro para a coleta de sementes;

7.10.2.2. Coleta de sementes:

Compreende a seleção e coleta de sementes viáveis para a reprodução no viveiro. A coleta poderá ser feita nas dependências do Senado Federal ou em outro local dentro dos limites da cidade, a ser estipulado pela fiscalização utilizando-se o veículo disponibilizado pela Empresa.

7.10.2.3. Corte de grama com máquina:

Corte de gramado com máquina a gasolina, micro trator ou cortador elétrico. O padrão com tamanho do corte deve ser definido pela fiscalização antes do início do





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

trabalho. Após o corte deve-se rastelar todo o gramado, juntar a grama picada e recolher todo o material vegetal para a composteira.

7.10.2.4 Cultivo de microorganismos eficientes:

- a. Preparação do caldo de cultivo;
- b. Preparação da base de cultivo;
- c. Transferência dos MOE cultivados na base para o caldo;
- d. Armazenagem em local apropriado;
- e. Diluição na proporção indicada;
- f. Borrifação nas plantas e no composto da composteira.

7.10.2.5. Poda de arbusto isolado com desfolhamento e transporte de resíduos;

- a. Corte dos galhos menores utilizando ferramentas adequadas, bem como EPI e demais dispositivos de segurança;
- b. Corte dos galhos maiores utilizando ferramentas adequadas, bem como EPI e demais dispositivos de segurança;
- c. Corte dos troncos, se necessário, utilizando ferramentas adequadas, bem como EPI e demais dispositivos de segurança;
- d. Retirada das folhas (desfolhamento);
- e. Transporte das folhas para a composteira ou depósito de resíduos previamente indicados;
- f. Transporte dos galhos e troncos para área de deposição do GDF especialmente determinada para este fim;
- g. Corte raso do tronco com machado seguindo as recomendações já descritas.

7.10.2.6. Poda de árvore com desfolhamento e transporte de resíduos:

Os mesmos procedimentos descritos para poda de arbusto isolado (item **7.10.2.5**).

7.10.2.7. Poda de árvoreta com desfolhamento e transporte de resíduos:

Os mesmos procedimentos descritos para poda de arbusto isolado (item **7.10.2.5**).

7.10.2.8. Manutenção e reforma do sistema de irrigação:

- a. Limpeza e/ou troca de aspersores;
- b. Limpeza o/ou troca de válvulas;
- c. Passagem de tubulação e conexões hidráulicas e mangueiras para ampliação de rede;
- d. Programação e manutenção de controlador de irrigação;
- e. Limpeza e/ou troca de filtros de irrigação
- f. Escavação de valas e recobrimento com grama, forração ou jardim.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

g. empresa deverá fornecer treinamento adequado aos seus funcionários para a execução dos serviços.

7.10.3. Serviços de Implantação

7.10.3.1. Correção do solo com calcário:

- a.** Limpeza completa do terreno a ser corrigido com a retirada de matos e ervas daninhas, deixando o terreno nu;
- b.** Escareamento da terra com enxada;
- c.** Lançamento do calcário seguindo as recomendações presentes em laudo fornecido pelo Engenheiro Agrônomo. Para o lançamento deve-se utilizar um quadro/molde de madeira com a medida de 1m x 1m (1 metro por 1 metro).

7.10.3.2. Forração com materiais inertes:

Compreende a limpeza do terreno, forração com areia ou outro material e forração com tocos de madeira triturada, argila expandida, seixos ou outro material escolhido.

7.10.3.3 Plantio de árvore, arvoreta ou arbusto:

- a.** Escavação de cova com 50x50x50 cm em local determinado pela fiscalização;
- b.** Separação as parcelas inferior e superior da terra retirado da cova;
- c.** Adubação e preparação da terra com retorno para a cova observando a ordem de retorno (parcela inferior original para a parte de cima e vice-versa);
- d.** Plantio da muda indicada;
- e.** Colocação de tutor de madeira ou bambu com amarras de borracha;
- f.** Colocação de anilha de identificação fornecida pela fiscalização;
- g.** Rega abundante;
- h.** Monitoramento do desempenho do crescimento.

7.10.3.4. Plantio de canteiro:

- a.** Limpeza completa do terreno a ser plantado;
- b.** Escareamento da terra;
- c.** Calagem da terra;
- d.** Execução de covetas seguindo o projeto apresentado;
- e.** Adubação das covetas seguindo recomendação técnica;
- f.** Plantio da muda na coveta;
- g.** Rega abundante;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- h.** Monitoramento do desempenho do crescimento.
- i.** Replântio das perdas.

7.10.3.5. Plantio de grama batatais em plaqueta:

- a.** Limpeza completa do terreno a ser plantado;
- b.** Escareamento da terra;
- c.** Complemento de terra se necessário
- d.** Calagem da terra;
- e.** Execução de covetas seguindo o projeto apresentado;
- f.** Adubação das covetas seguindo recomendação técnica;
- g.** Plantio da plaqueta na coveta;
- h.** Rega abundante;
- i.** Monitoramento do desempenho do crescimento.
- j.** Replântio das perdas.

7.10.3.6. Plantio de grama Esmeralda ou Santo Agostinho em placa:

- a.** Limpeza completa do terreno a ser plantado;
- b.** Escareamento da terra;
- c.** Complemento de terra se necessário
- d.** Calagem da terra;
- e.** Colocação dos tapetes de grama Esmeralda;
- f.** Acabamento de bordas;
- g.** Rega abundante;
- h.** Monitoramento do desempenho do crescimento.
- i.** Replântio das perdas.

7.10.3.7. Plantio de vaso novo:

- a.** Escolha do vaso baseado nas indicações da fiscalização e modelos já existentes no Senado;
- b.** Escolha da muda ornamental baseado nas indicações da fiscalização e modelos já existentes no Senado
- c.** Drenagem do vaso com pedrisco, brita ou argila expandida;
- d.** Colocação de terra especialmente preparada e adubada, seguindo as recomendações técnicas;
- e.** Plantio da muda;
- f.** Acabamento do vaso com pedras brancas, argila expandida, terra preta ou outro acabamento indicado pela fiscalização;
- g.** Rega abundante;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- h.** Monitoramento do desempenho do crescimento.
- i.** Replântio das perdas.

7.10.3.8. Retirada e movimento de terra de jardim:

Compreende a retirada de mato ou grama, escavação manual e retirada de terra com carrinho de mão ou jERICA do local de escavação. Acerto manual nos níveis determinados pelo projeto.

7.10.3.9. Análise de composto:

- a.** Ph;
- b.** Umidade a 65° C-U
- c.** Umidade a 110° C-U
- d.** Matéria orgânica %
- e.** Nitrogênio %
- f.** Fósforo total %
- g.** Potássio %
- h.** Cálcio %
- i.** Magnésio %
- j.** Enxofre %
- k.** Boro ppm
- l.** Cobre ppm
- m.** Ferro ppm
- n.** Manganês ppm
- o.** Zinco ppm
- p.** Cobalto ppm
- q.** Carga bacteriana
- r.** Condutividade térmica
- s.** Capacidade de troca catiônica
- t.** Relação CTC/C orgânico
- u.** Relação C/N
- v.** Demanda química de oxigênio.

7.10.3.10. Análise de solo:

As análises deverão ser feitas e apresentadas na forma de laudo, com valores de referência e contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- a.** Composição granulométrica;
- b.** Acidez;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- c. Fósforo;
- d. Cálcio;
- e. Magnésio;
- f. Potássio;
- g. Sódio;
- h. Alumínio;
- i. Acidez (H+Al);
- j. Soma das bases;
- k. CTC ou T;
- l. Saturação por bases;
- m. Saturação por alumínio;
- n. Saturação com sódio;
- o. Carbono orgânico;
- p. Matéria orgânica;
- q. Boro disponível;
- r. Cobre disponível;
- s. Ferro disponível;
- t. Manganês disponível;
- u. Zinco disponível;
- v. Enxofre disponível.

7.10.3.11. Corte raso de mato em terreno não ocupado com limpeza de entulho e retirada completa:

Compreende os seguintes serviços a serem executados nos terrenos do Senado Federal, utilizando roçadeira a gasolina ou trator na seguinte sequência:

- a. Corte do mato com roçadeira;
- b. Picagem do mato se necessário.
- c. Retirada do mato para local de despejo autorizado pelo GDF ou transporte para a composteira do Senado Federal, seguindo orientação da fiscalização.
- d. Retirada do entulho;
- e. Limpeza final;

7.10.3.12. Todo o serviço de limpeza e transporte do material resultante deverão ser feitos com maquinário e combustível fornecidos pela empresa.

7.10.3.13. A execução do serviço de limpeza deverá ser feita sem o comprometimento da execução dos serviços do cotidiano, periódicos e de implantação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

7.10.3.14. A empresa deverá apresentar, obrigatoriamente, um relatório contendo todas as informações necessárias que identifiquem o local de descarte final do mato e do entulho, bem como todas as autorizações do GDF pertinentes a estas operações.

7.11. Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos e/ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

7.12. A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por meio do correio eletrônico: secoli@senado.leg.br.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

8.1. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.2. Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

8.3. Efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

8.4. Manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário;

8.5. Manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes os conjuntos nos 5 (cinco) primeiros dias de cada semestre. O primeiro conjunto deverá ser fornecido antes do início da execução contratual, de acordo com a respectiva categoria profissional e conforme especificações estabelecidas no Anexo IV, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;

8.6. Fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

8.6.1. Relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e

8.6.2. Documentos necessários à expedição de crachá pela polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no SENADO FEDERAL.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

8.7. Comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;

8.8. À exceção da ausência por gozo de férias, cuja substituição não será exigida, a contratada deverá substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

8.8.1. Falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 2 horas, a contar da comunicação da ausência;

8.8.2. Licenças (substituição em 24h);

8.8.3. Solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

8.8.4. Automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;

8.8.5. Quando não possuir a qualificação mínima exigida;

8.8.6. Sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

8.9. Efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 44,07 (quarenta e quatro reais e sete centavos) por dia trabalhado, conforme fixado por decisão da comissão diretora na 14ª reunião de 2011 de 20/12/2011, c/c APR nº 13/2022, ou o valor estabelecido em convenção coletiva de trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da convenção coletiva de trabalho aplicável;

8.10. Fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da convenção coletiva de trabalho aplicável;

8.11. Efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

8.11.1. Apresentar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês posterior ao de referência, declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, na qual conste:

a) mês de referência;

b) nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- c) valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;
- d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale-alimentação;
- e) campos para observações e assinaturas.

8.12. Efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “banco de horas”, de acordo com o que tiver previsto no acordo ou convenção coletiva de trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;

8.13. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados;

8.13.1. Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no item anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional;

8.13.2. A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços;

8.13.3. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

8.14. Selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato;

8.14.1 Sem prejuízo da habilitação inerente ao serviço contratado, a contratada deverá capacitar profissionais:

- a) Em curso de capacitação segurança na operação de roçadeira – NR 31, em até 60 dias corridos antes do início das atividades,

8.14.2. A Cópia dos certificados de conclusão dos treinamentos deverá ser entregue à fiscalização, após transcorridos os sessenta dias corridos, contados do início da prestação dos serviços

8.15. Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas constantes no ANEXO I.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- 8.16.** Observar a legislação trabalhista, previdenciária e convenção coletiva de trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida;
- 8.17.** Manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado;
- 8.18.** Manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO;
- 8.19.** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios;
- 8.20.** Fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 8.21.** Apresentar no primeiro mês da prestação dos serviços a seguinte documentação:
- 8.21.1.** Relação dos empregados terceirizados, contendo nome completo, cargo ou função, valor do salário, horário do posto de trabalho, números do registro geral (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de outros dados necessários à gestão;
 - 8.21.2.** indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;
 - 8.21.3.** Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente assinada pela CONTRATADA;
 - 8.21.4.** Exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços.
- 8.22.** Entregar ao gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:
- 8.22.1.** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 8.22.2.** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - 8.22.3.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 8.22.4.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.23.** Entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- 8.23.1.** Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- 8.23.2.** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- 8.23.3.** Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 8.23.4.** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 8.23.5.** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 8.24.** Entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:
- 8.24.1.** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 8.24.2.** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 8.24.3.** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- 8.24.4.** Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 8.25.** Apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no **item 8.21**.
- 8.26.** Entregar o modelo de autorização para utilização do Sistema de Depósito em Garantia Bloqueado para Movimentação – DGBM, por ocasião da assinatura do contrato;
- 8.27.** Providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;
- 8.28.** Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

8.28.1. O acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;

8.28.2. Obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;

8.28.3. A obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

8.29. Após autorização do SENADO, selecionar, entre as indicadas constantes em relação nominal, a ser obtida de conveniada do SENADO, o número necessário de trabalhadoras que atenda ao quantitativo previsto no **item 8.32**.

8.29.1. A CONTRATADA deverá formalizar, junto à conveniada, a solicitação de fornecimento da relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos neste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após autorização do SENADO.

8.29.2. A seleção deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento da relação nominal mencionada.

8.29.3. A CONTRATADA ficará liberada desta obrigação, caso a conveniada do SENADO não apresente a relação nominal no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da formalização prevista no **item 8.29.1**.

8.29.4. A conveniada emitirá declaração de que a CONTRATADA realizou processo seletivo para o qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação, bem como informará a quantidade de mulheres contratadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo previsto no **item 8.29.2**.

8.30. Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada a proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria;

8.31. No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2014;

8.32. Reservar no mínimo 2% (dois por cento) das vagas previstas neste contrato para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, atendida a qualificação profissional necessária,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

conforme Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016, regulamentado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 22 de 2016;

8.32.1. A identidade das trabalhadoras contratadas será mantida em sigilo pela CONTRATADA, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções.

8.33. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação

II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

8.33.1. O disposto no **item 8.33** e seus subitens devem ser observados para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte;

8.33.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do senado, a administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso i do caput do art. 124 da lei nº 14.133, de 2021.

8.34. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

8.35. Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à secretaria da receita federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20__.

8.36. Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no **item 8.35**, o SENADO comunicará à secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso i, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.37. Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

8.38. Na situação prevista no **item 8.37** deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

8.39. Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à justiça do trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

8.40. A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

8.40.1. Não haverá solicitação de folguistas pelo SENADO.

8.41. A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.42. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

8.43. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

8.44. Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

8.45. É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do quadro de pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no ato da comissão diretora do SENADO FEDERAL nº 05, de 2011, e Decreto nº 7.203, de 2010.

8.46. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

8.47. Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

8.48. Eventual necessidade de substituição dos equipamentos e materiais especificados deverá ser justificada e aprovada pela fiscalização;

8.48.1 Todos os insumos deverão ser disponibilizados integralmente no início da execução contratual e serão remunerados pela disponibilização;

8.49. Observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberão ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

9.1. Exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

9.2. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

9.3. Permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

9.5. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

9.6. Exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

9.7. Fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

9.8. Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

9.9. Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades do SENADO.

9.10. É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

9.11. Disponibilizar espaço para instalação de escritórios, almoxarifados, instalação de armários e pontos de rede para instalação de equipamentos de informática de propriedade da contratada, conforme especificação constante no ANEXO V. A instalação dos equipamentos apenas ocorrerá após prévia avaliação e configuração do setor de informática do Senado;

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo gestor, mediante o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, assim como dos insumos e equipamentos efetivamente utilizados, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

10.2. Os valores unitários constantes na proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, referentes aos materiais e equipamentos, serão pagos apenas quando efetivamente utilizado ou disponibilizados.

10.2.1. A CONTRATADA apresentará à fiscalização documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, discriminando os serviços executados e/ou os materiais utilizados.

10.3. Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação do gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

10.3.1. Os valores unitários constantes na proposta da contratada, referentes aos materiais, insumos e/ou serviços, serão pagos apenas quando efetivamente utilizado ou prestado.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

10.4. Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do **item 10.3** e à apresentação de:

10.4.1. Prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, quando for o caso deste pagamento pela CONTRATADA, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

10.4.2. Guias de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.4.3. Espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

10.4.4. Comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

10.4.5. Tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

10.4.6. Planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

10.4.7. Planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário;

10.4.8. Apresentação da garantia prevista naquele instrumento.

11. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 50 (cinquenta) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

prorrogado sucessivamente, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve à necessidade diária dos resultados da prestação. Caso seja interrompido, haverá consequências como o crescimento descontrolado de ervas daninhas, que competem por nutrientes e comprometem o desenvolvimento de plantas desejadas. Além disso, áreas mal-cuidadas podem acumular pragas e doenças, prejudicando o ecossistema local e a saúde das plantas. A negligência também pode levar à degradação do solo e ao impacto visual negativo, afetando o valor estético do espaço. Por fim, espaços verdes mal gerenciados podem causar desequilíbrios ambientais e perda da biodiversidade.

11.1.2. A fixação do prazo de 50 meses (pouco mais de 4 anos) permite que a contratada tenha tempo suficiente para implementar, estabilizar e maturar o serviço ou fornecimento. Isso é particularmente relevante quando há necessidade de adaptação tecnológica, formação de equipe, logística complexa ou integração com sistemas já existentes.

11.1.3. Um prazo menor poderia gerar instabilidade, já que a necessidade de nova licitação em curto prazo pode causar interrupções nos serviços ou perda de eficiência. Os 50 meses garantem continuidade e confiabilidade na prestação.

11.1.4. Ademais, muitos contratos, especialmente os que exigem investimentos iniciais (infraestrutura, aquisição de equipamentos, sistemas), têm altos custos no início. Um prazo de 50 meses permite diluir esse investimento ao longo do tempo, reduzindo o valor mensal do contrato e tornando-o mais vantajoso economicamente.

11.1.5. Também, a fixação de vigência inicial em prazo maior aumenta o interesse das empresas, pois permite maior previsibilidade de receita e retorno sobre o investimento. Isso tende a aumentar a competitividade na licitação e, consequentemente, a reduzir os preços ofertados.

11.1.6. Diante das justificativas dispostas nos subitens 11.1.2 a 11.1.5, a SPATR entende que a vigência inicial de 50 meses para esta contratação é mais vantajosa para o SENADO do que uma vigência por prazo mais reduzido.

11.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência contratual.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

11.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Considerando que o objeto do contrato envolve a possibilidade de responsabilização subsidiária da Administração em decorrência do inadimplemento de verbas trabalhistas e tendo em vista a execução indireta de atividades que podem ocasionar danos e lesões a interesses de terceiros, deverá ser exigida a garantia contratual prevista no art. 96 e no inciso I do §3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A garantia deverá ser prestada no percentual de 2% (dois por cento) do valor anual do contrato correspondente ao item vencido pela CONTRATADA.

12.3. O percentual se justifica uma vez que os contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito desta Casa contêm a previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, de 1/3 (um terço) constitucional das férias e 13º (décimo terceiro) salário, além dos respectivos encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia sobre tempo de serviço (FGTS), contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação (DGBM), consoante Acordo de Cooperação Técnica nº 010/2017 firmado com o Banco do Brasil S. A.. Complementarmente, nos novos contratos (minuta padrão) já existe amparo legal quanto ao parcelamento da garantia na modalidade caução em até 5 (cinco) prestações mensais. Assim, justifica-se razoável que a garantia destinada a plena execução dos serviços mantenha-se no patamar acima referido.

13. SANÇÕES CONTRATUAIS

13.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste Termo de Referência, no edital de licitação ou no contrato decorrente deste TR, sujeitando-se às seguintes penalidades:

13.1.1. advertência;

13.1.2. multa;

13.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

13.2. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

13.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

13.3.1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.3.2. der causa à inexecução total do contrato;

13.3.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.3.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.3.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.3.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do item 13.2 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

13.4.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.4.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.4.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.4.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.5. Em conjunto com as sanções dos itens 13.2, 13.3 e 13.4 deste Termo de Referência, a autoridade competente poderá:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

13.5.1. aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

13.5.2. determinar a rescisão unilateral do contrato.

13.6. Pela impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias e pelo descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita à multa moratória e punitiva, respectivamente, por dia de atraso, ou ocorrência, em percentuais definidos nos subitens 13.6.1 e 13.6.2, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Termo de Referência:

13.6.1. Impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias

Tabela 1 – Grau e correspondência de cada infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	0,3% do valor mensal do Contrato
Moderada	0,6% do valor mensal do Contrato
Grave	0,9% do valor mensal do Contrato

Tabela 2 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios.	Leve	Por ocorrência
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado.	Leve	Por ocorrência
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado.	Leve	Por ocorrência
4	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto,	Grave	Por ocorrência
5	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.	Moderada	Por dia
6	Atrasar, injustificadamente, serviço extraordinário	Moderada	Por ocorrência





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

7	Deixar de comunicar formalmente ao gestor e de registrar em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.	Moderada	Por ocorrência
8	Manter ou apresentar profissional sem a qualificação mínima exigida, por empregado.	Moderada	Por ocorrência
9	Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios.	Grave	Por ocorrência
10	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por empregado.	Grave	Por ocorrência
11	Atrasar, injustificadamente, serviço especificado.	Grave	Por ocorrência
12	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado..	Grave	Por ocorrência
13	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.	Grave	Por ocorrência

13.6.2. Descumprimento das Obrigações Contratuais

Tabela 1 – Grau e correspondência de cada infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	1,5% do valor mensal do Contrato
Moderada	3,0% do valor mensal do Contrato
Grave	6,0% do valor mensal do Contrato

Tabela 2 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de fornecer produtos, materiais, ferramentas, instrumentos de uso necessário à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital.	Moderada	Por ocorrência
2	Diluir produtos que já vêm prontos para utilização; e no caso de produtos concentrados, diluir na proporção diferenciada daquela indicada pelo fabricante. Por ocorrência.	Grave	Por ocorrência
3	Misturar ou não descartar resíduos em conformidade com a destinação adequada, por ocorrência.	Grave	Por ocorrência
4	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado.	Grave	Por ocorrência
5	Interromper a realização dos serviços.	Leve	Por ocorrência





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

6	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato,	Grave	Por ocorrência
7	Deixar de substituir empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos SENADORES e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do SENADO FEDERAL nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010, por empregado.	Grave	Por ocorrência

13.7. O somatório das multas moratórias previstas neste “item 13.6 - Previsão de penalidades por descumprimento contratual” não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato

13.8. O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

13.9. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

14. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO SERVIÇO.

14.1. A despeito do modelo do contrato ser pautado pela disponibilização de mão de obra, como justificado no **item 2.2** do presente Termo de Referência, será adotado na futura contratação o chamado “modelo híbrido”, de modo que o valor mensal faturado será calculado com base nos resultados (indicadores de nível de serviço) alcançados pela contratada na prestação do serviço. Para tanto, a avaliação da contratada na prestação de serviços de jardinagem consiste na análise do seguinte:

14.1.1. A meta a ser atingida pela empresa é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100%, para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.

$$VF = VM \times FQ;$$

VF: Valor de Fatura;

VM: Valor da Medição;

FQ: Fator de Qualidade (%).





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

14.1.2. O fator de qualidade (FQ) poderá ser obtido por meio de 2 (dois) instrumentos de avaliação:

a) Resultado de vistorias periódicas realizadas pela Fiscalização (VPF) (%) – Peso 2;

b) APU: Avaliação Periódica dos Usuários (%) – Peso 1;

$$\text{Cálculo do FQ: } \frac{\text{FQ} = \text{VPF} \times 2 + \text{APU} \times 1}{3}$$

14.1.3. Durante os primeiros 3 (três) meses de contrato, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, o Fator de Qualidade (FQ) obtido não repercutirá no Valor da Fatura (VF). Nesses meses, o Valor de Fatura será igual ao Valor de Medição, ressalvadas eventuais punições.

14.1.4. Ao final de cada período avaliativo, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade, em que constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa no período. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para apresentar justificativas para as falhas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

14.2.1. DA REALIZAÇÃO DAS VISTORIAS PERIÓDICAS PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

14.2.2. Caberá à FISCALIZAÇÃO a realização das vistorias periódicas para aferição da qualidade dos serviços prestados, sendo que a periodicidade de realização das vistorias ficará a critério do SPATR, garantida, no mínimo, uma vistoria mensal.

14.2.3. Cada falha identificada pela FISCALIZAÇÃO será enquadrada em uma das 3 categorias seguintes, de acordo com a pontuação equivalente:

	Falha de Natureza Crítica	Falha de Natureza Grave	Outras Desconformidades
Quant. de Pontos	10	5	3

14.2.4. Constam a seguir os tipos de falhas de acordo com as respectivas categorias:

Falha de Natureza Crítica/Diariamente	Unidade de Medida
a) controle fitossanitário das áreas ajardinadas; b) combate a formigas e cupins; c) uso adequado de adubo.	Jardins internos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

<p>Manutenção do gramado</p> <p>a) controle fitossanitário; b) combate a formigas e cupins; b) uso adequado de adubo</p> <p>Manutenção dos canteiros</p> <p>a) controle fitossanitário das áreas ajardinadas; b) combate a formigas, cupins, outros insetos nocivos e pragas diversas; uso adequado de adubo</p>	<p>Jardins Externos</p>
<p>a) plantio, em áreas próximas, de espécies com necessidades semelhantes; b) correção do solo;</p>	<p>Serviços Diversos</p>
<p style="text-align: center;">Falha de Naureza Grave/Dariamente</p>	<p style="text-align: center;">Unidade de Medida</p>
<p>a) Manutenção do gramado b) adubação orgânica e/ou química onde se fizer necessário c) calagem com calcário dolomítico ou similar d) retirada das espécies estranhas ao projeto, e replantio em local a ser indicado oportunamente e) retirada de ervas daninhas e folhas velhas ou danificadas; f) manutenção dos canteiros; g) substituição de plantas mortas ou decadentes; h) recomposição dos espaços “carecas” com espécies adequadas ao projeto de paisagismo.</p>	<p style="text-align: center;">Jardins internos</p>
<p>Manutenção do gramado</p> <p>a) calagem com calcário (dolomítico ou similar) nas áreas necessárias; b) adubação com composto orgânico e/ou químico; c) cobertura com terra comum de jardim; d) corte e nivelamento do gramado; e) monda de ervas daninhas.</p> <p>Manutenção dos canteiros</p> <p>a) poda sazonal de arbustos e de árvores; b) rastelamento e recolhimento de folhas caducas; c) substituição de mudas de plantas inadequadas, que feneceram ou decadentes por mudas novas da espécie apropriada; d) colocação de terra vegetal preta, previamente adubada, nos canteiros já existentes; e) correção do solo com calcário (dolomítico ou similar), sempre que necessário; f) erradicação de ervas daninhas; g) descompactação do solo; h) recomposição dos espaços “carecas” com espécies adequadas ao projeto de paisagismo.</p>	<p style="text-align: center;">Jardins Externos</p>
<p>a) abertura de compartimentos no chão para realização de compostagem das aparas dos jardins; b) abertura de compartimento no chão visando instalar cinzeiro para queima dos aparos dos jardins; c) abertura de covas e adubação para plantio de mudas de árvores</p>	<p style="text-align: center;">Serviços Diversos</p>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ornamentais, em áreas adjacentes aos jardins do Senado, destinadas à arborização; d) agregação periódica dos adubos necessários ao processo de compostagem, com orientação do responsável técnico; e) composição e manutenção dos vasos com plantas ornamentais, sempre que solicitado; f) retirada de toda a terra e outras sobras dos jardins, porventura deixadas nos gramados e calçadas, quando da execução dos serviços e varrição posterior das calçadas; g) revolvimento de todo material das composteiras com intervalo máximo de 15 dias; h) limpeza do mato ao redor de todos os alambrados dos edifícios do Senado; i) limpeza diária das áreas ajardinadas, com retirada de toda espécie de lixo; j) produção de mudas em viveiro do Senado apropriada; k) recolhimento e armazenagem em local próprio das aparas do jardim (folhas caducas, corte de grama, poda de árvores e arbustos) em local apropriado para compostagem; l) roçagem do mato existente nas proximidades das árvores plantadas na área verde do Senado e destinação adequada das aparas produzidas	
Outras Desconformidades	Unidade de Medida
Presença lixo e folhas decadentes visíveis a olho nu a uma distância mínima de 1,50 m nas áreas externas, incluindo as áreas ajardinadas.	Por ambiente

14.2.5. Para os fins da avaliação, considera-se 1 (um) ambiente: Jardins internos; jardins externos ou serviços diversos.

14.2.6. Além das vistorias regulares periódicas, caso sejam detectadas quaisquer das seguintes quantidades de reclamações relacionadas às gravidades abaixo descritas, poderá ser solicitada nova avaliação da FISCALIZAÇÃO pelo Chefe do Serviço de Conservação e Limpeza - SECOLI:

	FALHA DE NATUREZA CRÍTICA	FALHA DE NATUREZA GRAVE	OUTRAS DESCONFORMIDADES
QUANT. DE RECLAMAÇÕES	2	5	10

14.2.7. Todas as falhas serão registradas segundo sua categoria e respectiva pontuação. A depender do resultado da soma da pontuação acumulada pela empresa durante o mês, em uma ou mais vistorias, esta receberá um conceito de ótimo, bom ou regular, conforme tabela abaixo. Cada conceito está associado a um valor atribuído pela





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

FISCALIZAÇÃO, o qual será utilizado no cálculo do Fator de Qualidade – FQ.

AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA FISCALIZAÇÃO			
Soma total de pontos no mês	0 a 20 pontos	21 a 150 pontos	Mais de 151 pontos
Conceito	Ótimo	Bom	Regular
AVALIAÇÃO	100%	95%	90%

14.2.8. Ao final de cada mês a empresa receberá da administração um relatório com as falhas registradas e com o conceito final obtido com base na soma total da pontuação obtida no período.

14.3.1. AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS USUÁRIOS – APU:

14.3.2. A Avaliação Periódica dos Usuários - APU será realizada a cada 6 (seis) meses, sendo que a primeira se dará no final do 6º mês de prestação de serviços. Nesse sentido, os pagamentos do 1º ao 5º mês não sofrerão interferência da APU.

14.3.3. Ao final do 6º mês de prestação dos serviços, será realizada a primeira APU. Durante a vigência contratual, a avaliação será realizada a cada 6 (seis) meses e terá repercussão no pagamento dos 6 (seis) meses subsequentes a ela.

14.3.4. Caso entenda conveniente, a administração poderá dispensar a avaliação dos usuários, considerando não haver reclamação registrada na intranet, hipótese em que a APU será excluída da fórmula de cálculo do FQ.

14.3.5. A APU será realizada por meio de pesquisa de opinião dos usuários servidores efetivos do Senado, selecionados aleatoriamente, em todas as edificações em que serão realizados os serviços.

14.3.6. A nota final de avaliação dos usuários será calculada na forma definida no “FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS USUÁRIOS” (abaixo) e corresponderá ao valor percentual de Avaliação Periódica de Usuário - APU relacionado na tabela a seguir:

Nota Final (NF)	APU
$NF \geq 90$	100%
$70 \leq NF < 90$	95%
$NF < 70$	90%

14.4.1. Tendo em vista que a Avaliação Periódica dos Usuários - APU será realizada apenas no final do sexto mês, conforme definido nos itens 14.2.1 e 14.3.1 acima, o Fator de Qualidade –FQ relativo aos meses anteriores será igual ao VPF.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS USUÁRIOS

AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS USUÁRIOS						
QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE JARDINAGEM NAS DEPENDÊNCIAS DO SENADO FEDERAL						
Item	Percepção do usuário em relação à qualidade dos serviços de jardinagem nas seguintes áreas:	Nível de qualidade (NQ)				
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
		110	100	85	60	50
1	Jardins internos					
2	Jardins Externos					
3	Serviços Diversos					
Comentários Adicionais e Sugestões:						
Informações do usuário						
Local de exercício regular das atividades						
Sala (n.º ou descrição):				Órgão:		

14.4.2. O nível de qualidade (NQ) final referente a cada um dos 3 itens avaliados será representado pela média das avaliações dos usuários referentes ao respectivo item. Entretanto, serão excluídos da amostra os valores discrepantes, isto é, aqueles distantes da grande maioria dos outros valores amostrais.

14.4.3. Os níveis de qualidade serão considerados discrepantes quando:

$$\text{Nível de Qualidade} > [\text{média} + (1,50 \times \text{desvio padrão})]$$

$$\text{Nível de Qualidade} < [\text{média} - (1,50 \times \text{desvio padrão})]$$

Pesos dos fatores avaliativos:

AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS USUÁRIOS		
QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE JARDINAGEM NAS DEPENDÊNCIAS DO SENADO FEDERAL		
Item	Áreas e fatores a serem avaliados	PESO
1	Jardins internos	3
2	Jardins Externos	5
3	Serviços Diversos	2

14.4.4. A nota final será formada pela média ponderada dos Níveis de Qualidade Médios, obtidos na forma dos tópicos 14.4.2 e 14.4.3 para cada um dos 3 itens avaliados, segundo os pesos dos fatores avaliativos definidos na tabela acima.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

14.4.5. Caso a pontuação especificada no item 14.2.7 seja superior a 200 e não haja grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços no Senado, a situação será analisada de acordo com o item 13.2.

15. INDICAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

A gestão da avença que se originará do presente Termo de Referência ficará a cargo do Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização – NGCOT, conforme competência definida no art. 215, IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Já quanto à fiscalização do referido ajuste, deverão ser indicados os seguintes servidores: titular - Cassio Murilo Rocha - Matrícula 52209, telefone 3303- 4778, *e-mail* cassior@senado.leg.br, e Marcelo José Souza da Costa - Matrícula: 365637, telefone 3303 4799, *e-mail* marcelo.jose@senado.leg.br.

16. NÚMERO SEQUENCIAL DO PLANO DE CONTRATAÇÕES.

Plano de Contratações sob o nº 20250226 - Prestação de serviços de jardinagem.

15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR

Roberto Lara da Rocha
Coordenado da COGER

De acordo.

Gustavo Hack de Moura
Gestor NGCOT (em substituição)

De acordo.

Cássio Murilo Rocha
Diretora da SPATR





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS EXIGIDOS PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

A Os profissionais que serão alocados na execução dos serviços terão as seguintes atribuições, divididas conforme as categorias elencadas abaixo:

A.1. Categoria “Encarregado Geral”:

A.1.1. Supervisionar todos os serviços e demandas do contrato de implantação, conservação e manutenção de jardins e produção de plantas;

A.1.2. Planejar a execução de trabalhos, observando normas técnicas e de segurança;

A.1.3. Garantir a produtividade, qualidade e segurança na execução de trabalhos sob sua responsabilidade;

A.1.4. Planejar e acompanhar a correta realização de tarefas, tais como implantação de jardins novos, adubação, poda, tratamentos fitossanitários, produção de composto, viveiro e cuidados ambientais;

A.1.5. Controlar estoques, elaborar e apresentar previsões de compra de materiais e de insumos, compra e revisão de equipamentos;

A.1.6. Supervisionar a realização de vistorias, o preenchimento e entrega, nas datas previstas, de tabelas de controle exigidas em contrato, entregando-as pessoalmente ao Órgão Responsável para discussão de problemas e realização de planejamento das próximas atividades

A.1.7. Manter o Órgão Responsável informado da aquisição de equipamentos, insumos, vasos, plantas e de outras necessidades para o trabalho;

A.1.8. Executar trabalhos de mensuração e de controle de qualidade;

A.1.9. Identificar, acompanhar e mensurar o uso, reuso e reciclagem de materiais e insumos na jardinagem; alimentar e encaminhar planilhas de indicadores solicitados, mensalmente;

A.1.10. Promover treinamentos, planejar e conduzir equipes na realização de suas tarefas de implantação, manutenção e conservação de áreas verdes; de manejo e produção no viveiro; de compostagem; de produção de defensivos alternativos; de decoração de eventos e de manejo de vasos decorativos;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- A.1.11.** Receber e realizar as ordens de serviço do Órgão Responsável;
- A.1.12.** Controlar a execução de demais obrigações contratuais, tais como: troca de uniformes, atualização de crachás, devolução de crachás, quantidade e manutenção de equipamentos e ferramentas e EPI's, controle de pessoal e sua imediata substituição em casos de faltas, transporte de funcionários para as diversas áreas de trabalho e coleta de resíduos;
- A.1.13.** Ser responsável pela higiene, ordem, limpeza de ambientes, depósitos e equipamentos sob responsabilidade e uso da Contratada, promovendo inspeções mensais e as providências necessárias para a imediata correção de irregularidades;
- A.1.14.** Ser responsável pela organização das áreas verdes quando da realização de eventos.
- A.1.15.** Exercer outras atribuições pertinentes à coordenação da equipe;
- A.1.16.** Vistoriar as áreas do contrato;

A.2. Categoria “Almoxarife”:

- A.2.1.** Receber e conferir os materiais, equipamentos e insumos, de acordo com a Nota Fiscal e confrontando com as especificações definidas em contrato;
- A.2.2.** Entregar materiais, equipamentos e insumos mediante requisição autorizada por encarregado da CONTRATADA;
- A.2.3.** Manter relatório de controle de entrada e saída de materiais, equipamentos e insumos, através de planilha, a ser solicitado periodicamente pelo setor de fiscalização do contrato;
- A.2.4.** Manter arquivo de controle das notas fiscais referentes à entrada de materiais, equipamentos e insumos;
- A.2.5.** Zelar pela manutenção do depósito, armazenando os materiais, equipamentos e insumos de maneira ordenada e acessível, de acordo com as normas de higiene e segurança;
- A.2.6.** Esclarecer eventuais dúvidas do setor de fiscalização do contrato com relação ao estoque e/ou outros assuntos relativos ao funcionamento dos serviços;
- A.2.7.** Executar outras tarefas correlatas.

A.3. Categoria “Auxiliar de Jardinagem”:

- A.3.1** Executar os trabalhos, sob a ordem dos jardineiros, cabendo auxiliá-los na realização de todas as tarefas de manutenção, conservação e implantação de áreas verdes.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A.4. Categoria “jardineiro”

A.4.1. Sob a supervisão do Encarregado Técnico Geral, garantir a produtividade e qualidade dos serviços, bem como a segurança do pessoal sob sua responsabilidade e de terceiros durante a execução dos trabalhos, e a execução das tarefas afins à conservação e manutenção e implantação das áreas verdes em geral;

A.4.2. Visitar, com a regularidade necessária, as áreas sob sua responsabilidade, identificando necessidades e providenciando para que sejam atendidas;

A.4.3. Estabelecer e acompanhar, garantindo eficiência, qualidade e segurança, os serviços de implantação, manutenção e conservação das áreas verdes e jardins da área sob sua responsabilidade;

A.4.4. Mensurar e coletar dados para tabelas e formulários;

A.4.5. Acompanhar, distribuir, retirar e substituir vasos em ambientes de trabalho e eventos e solicitar, com a devida antecedência, a produção das espécies necessárias no viveiro de plantas do Senado;

A.4.6. Acompanhar e planejar as atividades do viveiro e da compostagem de modo a atender as demandas presentes e futuras;

A.4.7. Zelar pela manutenção de ferramentas e equipamentos utilizados pelos empregados, solicitando a renovação ou substituição, quando necessário;

A.4.8. Promover a distribuição de tarefas e designar auxiliares;

A.4.9. Solicitar, com antecedência, materiais e insumos para execução e continuidade dos trabalhos;

A.4.10. Vistoriar as áreas do contrato;

A.5. Categoria “Motorista”:

A.5.1. Conduzir veículos automotores e caminhões destinados ao transporte de passageiros e cargas;

A.5.2. Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;

A.5.3. Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;

A.5.4. Encarregar-se do transporte e da entrega das cargas que lhe forem confiadas;

A.5.5. promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo;

A.5.6. Verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A.5.7. Providenciar a lubrificação quando indicada;

A.5.8. Verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como, a calibração dos pneus;

A.5.9. Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;

A.5.10. Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;

A.6. Categoria “Operador de Roçadeira Costal”:

A.6.1 Executar os trabalhos, sob a ordem dos jardineiros, cabendo auxiliá-los na realização de todas as tarefas de manutenção, conservação e implantação de áreas verdes.

B. Quanto à qualificação profissional, a CONTRATADA deverá alocar na execução dos serviços profissionais que preencham os seguintes requisitos:

B.1. Categoria “Encarregado Geral”:

B.1.1. Experiência profissional: 6 (seis) meses, comprovada em carteira de trabalho;

B.2. Categoria “Almoxarife”:

A.4.1. Experiência profissional: 6 (seis) meses, comprovada em carteira de trabalho

A.4.2. Curso básico de operação de microcomputador (Windows, Word e Excel);

B.3. Categoria “Auxiliar de Jardinagem”:

B.3.1. Experiência profissional: 6 (seis) meses, comprovada em carteira de trabalho;

B.4. Categoria “jardineiro”:

B.4.1. Experiência profissional: 6 (seis) meses, comprovada em carteira de trabalho;

B.5. Categoria “Motorista”:

B.5.1. O profissional deverá ter concluído o ensino fundamental, com Carteira Nacional de Habilitação categoria C.

B.6. Categoria “Operador de Roçadeira Costal”:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

B.6.1. Curso de capacitação segurança na operação de roçadeira – NR 31, em até 60 dias corridos antes do início das atividades,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DE MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS COM PREÇOS MÁXIMO ACEITÁVEIS

EQUIPAMENTOS (VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS) CATMAT 423877						
Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Depreciação (meses)	Valor unitário	Total
1	ALAVANCA, MEDINDO DE 1,5M A 2,0M	3	Unid	30	114,31	342,93
2	ALICATE	2	Unid	30	40,25	80,50
3	ALICATE PODÃO	12	Unid	30	35,00	420,00
4	APARADOR DE CERCA VIVA A GASOLINA 1CV	3	Unid	30	1.159,00	3.477,00
5	SOPRADOR COSTAL A GASOLINA, MÍNIMO 3 HP.	1	Unid	30	2.083,58	2.083,58
6	AUTOMÓVEL UTILITÁRIO, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 1.500 KG, COM CARROCERIA REFORÇADA MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 3M; LARGURA 2M E ALTURA MÍNIMA 70 CM (as medidas podem variar percentualmente em 10%, para mais ou para menos) (REF. HR HYUNDAI, KIA BONGO E JAC V260 (ou similar))	1	Unid	60	172.674,00	172.674,00
7	BOMBA PULVERIZADORA, MÍNIMO 20L	2	Unid	24	168,64	337,28
8	CARRINHO DE MÃO, CHAPA METÁLICA, LUVA NOS PEGADORES 1 RODA.	10	Unid	30	237,69	2.376,90
9	CARRINHO PLATAFORMA, 4 PNEUS COM CÂMARA, CHAPA METÁLICA, PARA TRANSPORTE DE VASOS, CAPACIDADE MÍNIMA 400 KG.	2	Unid	30	1.430,00	2.860,00
10	CAVADEIRA ARTICULADA	6	Unid	24	47,00	282,00
11	CHAVE INGLESA	1	Unid	24	45,27	45,27
12	CHIBANCA COM CABO	4	Unid	24	68,51	274,04
13	CORDA DE NYLON 1 ROLO COM 120 METROS OU O METRO AVULSO TOTALIZANDO EM 120 METROS	120	Metro	24	2,35	282,00
14	ENXADA COM CABO	30	Unid	24	43,54	1.306,20
15	ENXADÃO COM CABO	12	Unid	24	43,53	522,36
16	ESCADA DE ALUMÍNIO 16 DEGRAUS	2	Unid	30	648,78	1.297,56
17	ESCADA DE ALUMÍNIO 12 DEGRAUS	3	Unid	30	609,66	1.828,98
18	ESPÁTULA	2	Unid	24	8,75	17,50





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

19	ESTILETE GRANDE	5	Unid	24	4,05	20,25
20	EXTENSÃO ELÉTRICA COM 100 METROS (UMA UNIDADE) OU O METRO AVULSO, TOTALIZANDO 100 METROS	100	metro	12	7,75	775,00
21	FACÃO	12	Unid	24	28,48	341,76
22	FOICE COM CABO	3	Unid	24	65,19	195,57
23	GAVIÃO COM CABO	2	Unid	24	37,68	75,36
24	JERICA	6	Unid	12	579,33	3.475,98
25	LIMA E LIMATÃO (CORRENTE MOTOSSERRA)	50	Unid	12	10,09	504,50
26	MÁQUINA DE CORTAR GRAMA A GASOLINA, POTÊNCIA MÍNIMA 6.5 HP	7	Unid	30	2.280,00	15.960,00
27	MÁQUINA DE LAVAR DE ALTA PRESSÃO, PORTÁTIL, 1600 LIBRAS, COM CARRINHO DE 2 RODAS.	1	Unid	30	1.778,98	1.778,98
28	MARRETA 1 KG	1	Unid	24	22,52	22,52
29	MARTELO	2	Unid	24	23,00	46,00
30	MOTOSSERA (PEQUENA) A GASOLINA, REFERÊNCIA MS 170 STIHL (ou similar)	1	Unid	30	1.107,26	1.107,26
31	MOTOSSERA (MÉDIA) A GASOLINA, REFERÊNCIA MS 382 STIHL (ou similar)	1	Unid	30	4.554,80	4.554,80
32	PÁ	15	Unid	24	33,41	501,15
33	PÁ DE LIXO PEQUENA	16	Unid	24	4,57	73,12
34	PICARETA	6	Unid	24	52,17	313,02
35	PINCEL 3 POLEGADAS	10	Unid	12	6,75	67,50
36	PINCEL 2 POLEGADAS	10	Unid	12	4,70	47,00
37	RASTELO DE FERRO	50	Unid	24	24,40	1.220,00
38	RASTELO DE PLÁSTICO	90	Unid	24	15,42	1.387,80
39	REGADOR 20 LITROS	15	Unid	6	56,98	854,70
40	ROÇADEIRA COSTAL A GASOLINA COM FACA E FIO DE NYLON 43 CC	10	Unid	30	1.098,07	10.980,70
41	SACHO	60	Unid	24	28,83	1.729,80
42	SERROTE DE PODA	6	Unid	24	49,70	298,20
43	SERROTE PARA ALPORQUIA	2	Unid	24	25,50	51,00
44	TELEFONE CELULAR COM LINHA	2	Unid	12	1.509,50	3.019,00
45	TESOURA DE JARDINAGEM COMUM	12	Unid	24	30,98	371,76
46	TESOURA DE PODA PARA CORTE DE GRAMA	12	Unid	24	32,89	394,68
47	TRATOR DE CORTE DE GRAMA À GASOLINA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 20 HP (MODELO TRAPP (ou similar))	1	Unid	60	22.620,00	22.620,00
48	ESMERIL	1	Unid	24	294,50	294,50
49	MOTOPODADOR DE GALHOS À GASOLINA	2	unid	24	1.597,37	3.194,74
50	ARMÁRIO AÇO - TIPO: ROUPEIRO. MATERIAL: AÇO GALVANIZADO. ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA.	15	Unid.	60	950,90	14.263,50





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

QUANTIDADE: 4 PORTAS. ALTURA: 1,97 M. LARGURA: 0,60 M. PROFUNDIDADE: 0,45 M. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRATELEIRA INTERNA, FECHADURA COM CHAVES.						
					TOTAL	R\$ 281.048,25

INSUMOS ANUAIS (CATMAT/CATSER 24325) PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS					
ITEM	OBJETO	QTDE.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	PALMEIRA RÁPIS (RHAPIS EXCELSA) – COM NO MÍNIMO 1,20 M DE ALTURA.	300,00	Muda	87,45	26.235,00
2	MUDAS DE ZAMIOCULCAS COM 30CM NO MÍNIMO	30,00	Muda	55,00	1.650,00
3	MUDAS DE CRÓTON COM 20CM NO MÍNIMO	30,00	Muda	35,00	1.050,00
4	"PLANTA ORNAMENTAL ESTRELÍCIA REGINAE - PADRÃO 1,0 METRO EM BALDE"	50,00	Muda	55,00	2.750,00
5	"PLANTA ORNAMENTAL DIANELLA/DIANELLA ENSIFOLIA – MUDAS NO SACO 40 CM"	1.000,00	Muda	13,29	13.290,00
6	PLANTA ORNAMENTAL - PALMEIRA AREKA/ BAMBU PADRÃO 1,5 METRO EM BALDE	300,00	Muda	107,75	32.325,00
7	PLANTA LIRIOPE/LIRIOPE MUSCARI – MUDAS NO SACO DE 30 CM	1.000,00	Muda	3,20	3.200,00
8	PLANTA ORNAMENTAL - FORRAÇÃO RASTEIRA DE SOL NO SAQUINHO - CLOROFITO/CHLOROPHYTUM COMOSUM	200,00	Muda	2,90	580,00
9	PLANTA ORNAMENTAL - FORRAÇÃO RASTEIRA DE SOL NO SAQUINHO - TRIPOGANDA/CALLISIA WARSZEWICZIANA	200,00	Muda	43,00	8.600,00
10	PLANTA ORNAMENTAL - FORRAÇÃO RASTEIRA DE SOL NO SAQUINHO - PILÉA/PILEIA CANDIEREI	200,00	Muda	1,66	332,00
11	PLANTA ORNAMENTAL - FORRAÇÃO RASTEIRA DE SOL NO SAQUINHO - ESPADINHA/SANSEVIERIA TRIFASCIATA	200,00	Muda	7,16	1.432,00
12	PLANTA ORNAMENTAL - FORRAÇÃO BARBA DE SERPENTE/OPHIPOGON JABURAN	200,00	Muda	2,50	500,00
13	GRAMA BATATAIS	1.000,00	m²	13,25	13.250,00
14	GRAMA SANTO AGOSTINHO	1.000,00	m²	19,97	19.970,00
15	GRAMA ESMERALDA/ZOYSIA JAPONICA	1.000,00	m²	18,46	18.460,00
16	GRAMA PRETA (M²)	1.000,00	m²	15,00	15.000,00
17	GRAMA SÃO CARLOS (M²)	1.000,00	m²	13,00	13.000,00
18	BANDEJA PARA GERMINAÇÃO DE PLÁSTICO RÍGIDO, 98 CÉLULAS, DIMENSIONADA À 50 ML CADA CÉLULA (DIMENSÃO MÍNIMA)	100,00	Unid.	18,34	1.834,00
19	SACO PARA MUDAS EM PLÁSTICO PRETO RESISTENTE, ESPESSURA DE 0,20 MM, COM FUROS DE DRENAGEM, 20X30 CM,	1.000,00	Unid.	0,36	360,00





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

	APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1KG (111 UNIDADES)				
20	MANTA GEOTÊXTIL REFERÊNCIA: BIDIM (ou similar) (METRO LINEAR)	200,00	Metro	10,37	2.074,00
21	ASPIRADOR DE JARDIM METÁLICO GIRATÓRIO COM HASTE DE 100 CM, PARA MANGUEIRA 20 MM, FIXAÇÃO COM PONTEIRA DE ALUMÍNIO	5,00	Unid.	49,50	247,50
22	MANGUEIRA PVC FLEXÍVEL, 2 CAMADAS, TRANÇADA, BITOLA DE ¾, ESPESSURA DE 20MM CRISTAL PT 250	1.000,00		7,39	7.390,00
23	MANGUEIRA PVC FLEXÍVEL, 2 CAMADAS, TRANÇADA, BITOLA DE 1/2, ESPESSURA DE 20MM	500,00	Metro	6,85	3.425,00
24	SACO DE LIXO 150 LITROS REFORÇADO	10.000,00	Unid.	1,07	10.700,00
25	TINTA BRANCA PARA PINTURA DOS VASOS - GALÃO 3,6 LITROS	12,00	Galão	83,74	1.004,88
26	SEPARADOR DE JARDIM	1.000,00	Metro	2,99	2.990,00
27	PEDRA SEIXO BRANCA (SACO 40 KG)	4.000,00	Kg	3,71	14.840,00
28	PEDRA SEIXO BEGE (SACO 40 KG)	4.000,00	Kg	1,44	5.760,00
29	SUBSTRATO PREPARADO PARA PLANTIO, ACONDICIONADO EM SACOS DE NO MÁXIMO 50 LITROS. COMPOSIÇÃO: CASCA DE PINUS, CINZAS, VERMICULITA, SERRAGEM E BIOESTABILIZANTES. ADITIVADO DE: CORRETOR DE ACIDEZ - 0,50%, FOSFATO NATURAL - 0,50%, FERTILIZANTE MINERAL - N-P-K - 0,60% (RELAÇÃO APROXIMADA: 1L = 1KG)	1.000,00	Litro	1,68	1.680,00
30	FERTILIZANTE MINERAL MISTO DE LIBERAÇÃO LENTA, GRANULADO, FORMULAÇÃO: 18 - 05 - 09, ACONDICIONADO EM SACOS DE NO MÁXIMO 22 KG. REFERÊNCIA: OSMOCOTE (ou similar)	1.000,00	Kg	37,87	37.870,00
31	TERMOFOSFATO DE ROCHA, FOSFORO, SILÍCIO E MICRONUTRIENTES, ACONDICIONADO EM SACOS DE NO MÁXIMO 40 KG (MARCA COMERCIAL, COMO REFERÊNCIA: YOORIN (ou similar))	1.000,00	Kg	7,98	7.980,00
32	VERMICULITA AGRÍCOLA SUPERFINA, ACONDICIONADA EM SACOS DE NO MÁXIMO 40 LITROS.	1.000,00	Litro	1,61	1.610,00
33	CALCÁRIO DOLOMITICO, ACONDICIONADO EM SACOS DE NO MÁXIMO 25 KG.	3.000,00	Kg	1,04	3.120,00
34	ESTERCO DE GADO CURTIDO, ACONDICIONADO EM SACOS DE NO MÁXIMO 40 LITROS (RELAÇÃO APROXIMADA: 1L = 1 KG)	3.000,00	Litro	1,03	3.090,00
35	ARGILA EXPANDIDA	1.500,00	Litro	1,11	1.665,00
36	TERRA VEGETAL ARENOSA VERMELHA	10,00	M³	39,11	391,10
37	TERRA VEGETAL PRETA	10,00	M³	295,82	2.958,20
38	FERTILIZANTE N-P-K 10-10-10 (SACO 50 KG)	10.000,00	Kg	4,00	40.000,00
39	FERTILIZANTE N-P-K 04-14-08 (SACO 50 KG)	10.000,00	Kg	3,88	38.800,00
40	HUMUS DE MINHOCAS PURO - SACO DE 40 LITROS	5.000,00	Kg	2,35	11.750,00
41	VASO POLIETILENO COM PRATO (diâmetro 35 - altura 50) com variação de 10% a maior ou a menor	50,00	Unid.	119,28	5.964,00
42	VASSOURA TIPO GARI	20	Unid.	23,76	475,20





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

43	COMBUSTÍVEL GASOLINA (para uso nas máquinas e no veículo)	3000	Litro	6,34	19.020,00
44	RODO DE 1 METRO	5	Unid.	51,40	257,00
45	RODO DE 50 CENTÍMETROS	5	Unid.	15,57	77,85
46	IMIDACLOPRIDO (saco de 1 kg)	2	Kg	31,00	62,00
47	DELTAMETRINA (frasco de 20ml) K-OTRINE	50	Unid.	4,56	228,00
48	ABAMECTINA (1 litro)	20	Litro	72,50	1.450,00
49	GLIFOSATO (1 litro) ROUND UP	10	Litro	38,19	381,90
50	SULFLURAMIDA (500g)	18	Kg	18,00	324,00
51	MUNK (LANÇA MÍNIMA DE 27 METROS) DIÁRIA DE 10 HORAS	10	Diária	2.118,75	21.187,50
52	SERVIÇO DE ARBORISTA (DIÁRIA) - poda e amarração de folhas de 20 palmeiras, 2 vezes ao ano.	40	Unid.	400,00	16.000,00
53	"PALATAFORMA ELEVATÓRIA COM OPERADOR ALTURA DE TRABALHO 18.18 M, ALTURA DA PLATAFORMA 16.18 M, ALCANCE MÁX. 10.51 M, SOBREMEDIDA/SALIÊNCIA, 7.42 M, ARTICULAÇÃO BASCULANTE DO BRAÇO (CIMA / BAIXO) +65 ° / -59.50°, CAPACIDADE DA PLATAFORMA 230 KG, ROTAÇÃO DA TORRETA 350°, ROTAÇÃO CESTO (DIREITA) / DA PLATAFORMA (ESQUERDA) 90 ° / 90 °, NÚMERO DE PESSOAS (INTERIOR / EXTERIOR) 2 / 2, COM DIÁRIA DE 10 HORAS.	12	Diária	5.400,00	64.800,00
54	CAÇAMBA, MÍNIMO 5M³. (diária)	48	Diária	380,00	18.240,00
55	PROTETOR FACIAL, Material Polipropileno, Cor Transparente, Características Adicionais Tipo Viseira, C/ Visor Fixo	42	Unid.	29,00	1.218,00
56	ÓCULOS PROTEÇÃO - Material Armação: Náilon Flexível Tipo Proteção: Lateral Material Proteção: Policarbonato Tipo Lente: Policarbonato. Cor Lente: Incolor. Aplicação: Proteção Geral. Características Adicionais: Ajuste Haste Espátula, Proteção Impacto E Respingo	168	Unid.	10,70	1.797,60
57	LUVA SEGURANÇA - Luva Segurança Material: Couro Vacum, Tamanho: G, Características Adicionais: Elástico Dorso, Reforço Palma, Reforço Polegar, Tipo: cano longo	126	Par	35,00	4.410,00
58	AVENTAL - Material: Raspa De Couro, Comprimento: 1,20 M, Largura: 0,70 M, Características Adicionais: Inteiriço, Sem Emendas, Com Fivelas E Tiras Ajuste	84	Unid.	48,00	4.032,00
59	PERNEIRA - Material Raspa De Couro Ao Cromo, Comprimento 40 Cm, Aplicação Epi- Equipamento De Proteção Individual, Características Adicionais Presilhas E Haste De Sustentação	84	Par	25,00	2.100,00
60	BOTA SEGURANÇA - Couro Hidrofugado Curtido Ao Cromo, Material Sola: Poliuretano (Pu) Bi-Densidade, Tamanho VARIADO, Tipo Uso: Proteção.	42	Par	80,00	3.360,00
61	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA - revestido de espuma, tipo circumauricular constituído por 2 conchas em plastico, revestidas com almofadas de espuma	84	Unid.	42,00	3.528,00
62	PROTETOR SOLAR - Tipo Proteção Uva/Uvb, Fator Proteção Fator 30, Forma Farmacêutica Creme. FRASCO DE 4 LITROS	43	Unid.	333,00	14.319,00
TOTAL ANUAL					R\$ 556.395,73





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico [Identificação do Pregão], que a empresa [Identificação da licitante], por intermédio do(a) Sr(a) [Identificação do Representante da Empresa], portador(a) do CPF nº [Número do CPF] e RG nº [Número do RG], vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em questão.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº: _____)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico [Identificação do Pregão], que eu, [Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa], [Profissão], portador(a) do CPF nº [Número do CPF], responsável técnico ou representante da empresa [Nome da Empresa Licitante], estabelecida no(a) [Endereço constante dos documentos de constituição da empresa], não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE UNIFORMES

A A CONTRATADA deverá fornecer o primeiro conjunto de uniforme antes do início da execução dos serviços, conforme especificações descritas a seguir:

ENCARREGADO GERAL			
Descrição	Qtde. semestral	Unidade	Cor
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga curta, em malha, com a logomarca da empresa	1 peça	Unidade	-
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga longa, em malha, com a logomarca da empresa	1 peça	Unidade	-
Calça jeans azul escuro	2 peças	Unidade	-
Botina para uso ocupacional com fechamento em elástico, bico redondo.	2 pares	Par	Preta
Calça social comprida, com presilhas para cinto, em tecido oxford, na cor preta ou usual da empresa.	1 peças	Unidade	Preta
Camisa social mangas curtas ou longas, em microfibra, na cor branca ou usual da empresa	1 peças	Unidade	Branca
Gravata	1 peça	Unidade	Preta
Meia Social	2 pares	Par	Preta
Sapato em couro, modelo social mocassim	1 par	Par	Preta
Cinto em couro	1 peças	Unidade	Preta

JARDINEIROS			
Descrição	Qtde. semestral	Unidade	Cor
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga curta, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga longa, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Calça jeans azul escuro	2 peças	Unidade	-
Botina para uso ocupacional com fechamento em elástico, bico redondo.	2 pares	Par	Preta
Meia Social	2 pares	Par	Preta
Cinto em couro	1 peças	Unidade	Preta





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

AUXILIAR DE JARDINAGEM E OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL			
Descrição	Qtde. semestral	UNIDADE	Cor
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga curta, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga longa, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Calça jeans azul escuro	2 peças	Unidade	-
Botina para uso ocupacional com fechamento em elástico, bico redondo.	2 pares	Par	Preta
Meia Social	2 pares	Par	Preta
Cinto em couro	1 peças	Unidade	Preta

ALMOXARIFE			
Descrição	Qtde. semestral	Unidade	Cor
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga curta, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga longa, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Calça jeans azul escuro	2 peças	Unidade	-
Botina para uso ocupacional com fechamento em elástico, bico redondo.	2 pares	Par	Preta
Meia Social	2 pares	Par	Preta
Cinto em couro	1 peças	Unidade	Preta

MOTORISTA			
Descrição	Qtde. semestral	Unidade	Cor
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga curta, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Camisa tipo pólo ou camiseta gola redonda, manga longa, em malha, com a logomarca da empresa	1 peças	Unidade	-
Calça jeans azul escuro	2 peças	Unidade	-
Botina para uso ocupacional com fechamento em elástico, bico redondo.	2 pares	Par	Preta
Meia Social	2 pares	Par	Preta
Cinto em couro	1 peças	Unidade	Preta

Notas:

- 1- O primeiro conjunto do uniforme deverá ser entregue antes do início dos serviços. O segundo em até 5 (cinco) dias do início do primeiro semestre e os demais nos 5 (cinco) primeiros dias dos semestres seguintes;
- 2- Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas nesse item;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- 3- Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que aceitas pela Administração;
- 4- Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo (relação nominal, assinada e datada por cada profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser entregue ao gestor do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega;
- 5- Os uniformes não poderão ser cobrados dos funcionários nem descontados de seus salários;
- 6- A CONTRATADA não poderá exigir do funcionário o uniforme usado na entrega dos novos.
- 7- A substituição dos uniformes também ocorrerá quando solicitado, dependendo da necessidade e do desgaste prematuro claramente evidenciado;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE ÁREAS (A depender das necessidades da Casa, poderá haver alteração de localização, bem como de espaço)				
LOCALIZAÇÃO	OCUPAÇÃO	ÁREAS UTILIZADAS	RAMAIS	COMPUTADOR
BLOCO 18	Escritório	33,00 m ²	1	0
BLOCO 16	Almoxarifado	30,00 m ²	0	0
	TOTAL	66,00 m²	1	0

